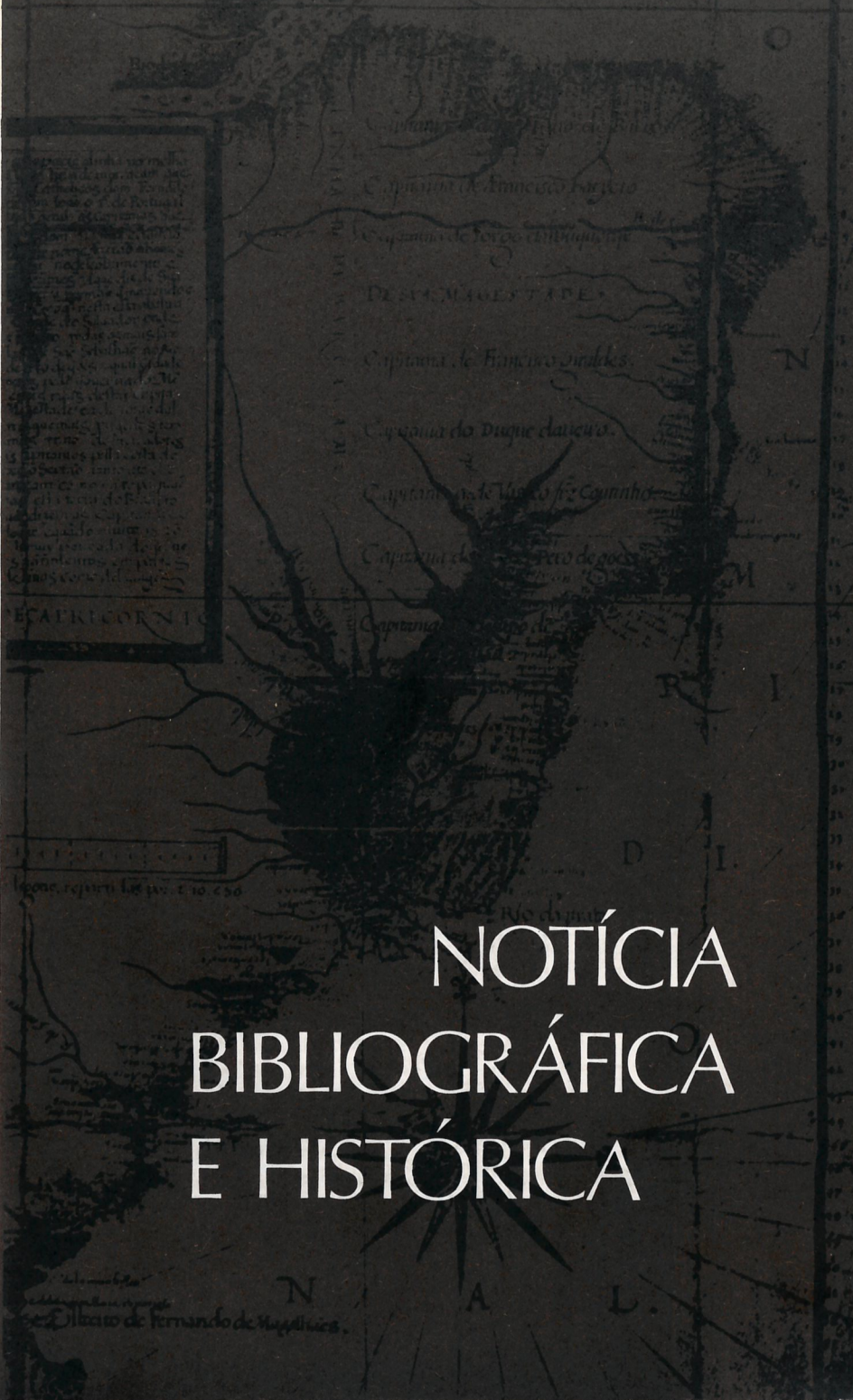




NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIÔGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXVIII - Nº 160 ISSN-0101-4919 JANEIRO-MARÇO 1996

SUMÁRIO

Recordando o "Velho Piccarolo"	03
Odilon Nogueira de Matos	
O romance histórico no Brasil: alguns exemplos	06
Duílio Battistoni Filho	
A Campinas de mulheres republicanas extremadas e de vida social triste ..	15
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Educação, Religião e Estado: um documento de 1788 sobre a educação indígena de Moxos (Bolívia)	18
Lilia Inés Zanotti de Medrano e Ieda Neli Garcia	
A prática arquivística e o impulso da historiografia	31
Ieda Pimenta Bernardes	
Recent Tendencies in the Historiography of Woman in Latin America ..	50
June E. Hahner	
A música no tempo do Império.....	60
Vasco Mariz	

De uma pasta de velhos recortes

Um capítulo de Montoya sobre os paulistas	68
Plínio Ayrosa	

Memória Campineira

Pedra Branca	74
Célia Siqueira Farjallat	

Textos (sugestões para seminários)

Os jogos entre os lídios (Heródoto)	76
Tratado de Madrid	77

Vultos da historiografia brasileira

Tobias Monteiro	79
-----------------------	----

Seleta

Epílogo melancólico	82
Tobias Monteiro	

Rabiscos de um escrevinhador

Depoimento curioso sobre a Bahia	86
Rondon-Roosevelt	87
IHEPEL	89
Historiador paulistano	91

RECORDANDO O "VELHO PICCAROLO"

Odilon Nogueira de MATOS

Com seu livro "Um socialismo possível" (São Paulo, T. A. Queiroz, 1988), Alexandre Hecker pretendeu - e o conseguiu plenamente - dois objetivos: contribuir para a história das idéias e dos movimentos sociais em São Paulo no início deste século; e, inserido neste contexto, retratar a atuação da grande figura que foi Antônio Piccarolo, um dos vultos mais expressivos da vida intelectual da capital paulista nos quarenta e tantos anos que nela viveu. Nos primeiros tempos, apenas como diretor de jornais italianos (e para isto foi que veio ao Brasil)), depois, plenamente integrado na vida cultural de São Paulo.

Voltando à profissão docente que, quando moço, exercera em seu país, lecionou em importantes estabelecimentos de ensino da capital, como a Escola Normal do Brás, a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, a Escola de Sociologia e Política e a própria Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, da qual não chegou a ser professor titular, mas para a qual era sempre convidado cada vez que surgia oportunidades de cursos especiais e conferências. Um dos seus melhores livros - "Augusto e seu século" - resultou de conferências pronunciadas nessa Faculdade nas comemorações do bimilenário do criador do Império Romano (1938) e foi editado oficialmente pela própria Faculdade, inaugurando a série de "História da Civilização" de suas publicações. Da mesma forma, seu livro sobre história das doutrinas políticas resultou de aulas ministradas na Escola de Sociologia e Política.

Para quem, como o autor desta nota, conheceu bem o grande mestre, com ele convivendo, e dele guardando excelentes recordações, nada mais agradável que este livro do professor Alexandre Hecker. O autor, dada a natureza de seu trabalho, preocupou-se mais com a obra de Piccarolo em sua liderança face à colônia italiana. Faz-se necessário, agora, algo que retrate em toda a sua extensão a participação do mestre na vida cultural de São Paulo e que analise a obra vasta e variada que deixou.

Convivi com ele em pelo menos em três entidades culturais da Capital: a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, a Escola de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, acompanhando com o maior interesse suas eruditas conferências e seus cursos da mais variada natureza: da mesma forma, acompanhei, sempre ávido de novos conhecimentos, os inúmeros artigos que publicou na imprensa paulistana, notadamente em “O Estado de S. Paulo”. Conservo até hoje numerosas pastas contendo seus artigos, que ainda leio com frequência e com o maior proveito. Muitos deles, reunidos, vieram a formar livros, como, por exemplo, “A Guerra e a Paz na História” e a “Introdução à Economia Social”.

Uma de suas maiores realizações foi a criação, em 1931, da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, pioneira nos estudos desta natureza em São Paulo e que antecipou de alguns anos muitos dos cursos que vieram a ser ministrados posteriormente na Universidade de São Paulo. Com a fundação desta, a modesta faculdade criada por Piccarolo e Alcântara Machado, praticamente perdeu sua razão-de-ser, pois, com a Universidade oficial, instituiu-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde as matérias lecionadas na primitiva Faculdade Paulista puderam ser desenvolvidas em proporções maiores, mais sistematizadas e com a vantagem de integrarem uma carreira universitária, condições que a “Faculdade do velho Piccarolo” (comocarinhosamente a chamávamos) não poderia oferecer.

Conheci a Faculdade Paulista nos seus dois últimos anos de funcionamento e posso testemunhar o interesse e a dedicação de seus professores, que acorriam, todas às noites no auditório da tradicional Escola Normal da Praça da República, para um trabalho pioneiro, que, de fato, pela primeira vez era realizado em São Paulo. Aliás, diga-se a bem da verdade, que a “Faculdade do velho Piccarolo” congregava o que havia de mais expressivo na Capital paulista, nas áreas que interessassem aos seus cursos. Nela lecionaram, além do próprio Piccarolo, Ricardo Severo, Artur Mota, Alberto Seabra, Otoniel Mota, Alfredo Ellis Júnior, Marques da Cruz, “Yan” de Almeida Prado, Francisco Isoldi e ainda alguns outros, cujos nomes me escapam.

Com vários deles tive excelente relacionamento, guardando deles recordações da primeira ordem: Artur Mota, a quem muito fiquei devendo como orientador de minhas leituras de Literatura Brasileira; Otoniel Mota, a quem me ligavam laços de amizade que vinham já de minha família e em cujas “Lições de Português” aprendi, tanto quando nas velhas gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, o que sei de nossa língua; Alfredo Ellis Júnior, com sua barba ruiva, que ele dizia ser lembrança das trincheiras

de 1932 e da qual dizia o velho Piccarolo que o tornava extremamente parecido com seu pai, o senador Alfredo Ellis; Francisco Isoldi, vindo para o Brasil contratado pelo antigo “Istituto Medio Dante Alighieri”, pioneiro em São Paulo num campo depois muito procurado, qual a “Introdução aos Estudos Históricos”, autor de um livro contendo a matéria lecionada na Faculdade Paulista de Filosofia, intitulado precisamente “Lições de Introdução à História e Crítica Histórica”. Isto, sem falar, naturalmente, no velho Piccarolo, cuja evocação nesta nota me propiciou evocar também a escola que ele criou. Escola que desapareceu sem que se lhe escrevesse a história. Nenhum dos seus professores se conta mais entre os vivos. O último a falecer foi “Yan” de Almeida Prado. E poucos anos antes, falecera João Guilherme de Oliveira Costa, o secretário da escola, provavelmente o guardador de seu arquivo. E com ele, foi-se a crônica da pioneira Faculdade Paulista de Letras e Filosofia.

O ROMANCE HISTÓRICO NO BRASIL. ALGUNS EXEMPLOS

Duilio BATTISTONI FILHO

Há pouco tempo, em uma de nossas costumeiras reuniões semanais em um restaurante da cidade, nós, os curiosos da História, tivemos a oportunidade de discutir, no bom sentido, a validade do romance histórico. Tudo a propósito da publicação do romance **O Selvagem da Ópera** de Rubem Fonseca baseado na biografia de Carlos Gomes. Uns diziam que não devíamos confiar nele, pois estava repleto de erros históricos, outros, ao contrário, achavam que era uma boa oportunidade de reavaliar a vida e a obra do maestro campineiro. Numa coisa concordávamos: que inegavelmente o romance histórico deve sempre estar sujeito a uma avaliação para se aferir até onde vai a verdade que ele contém e até que ponto chega a fantasia do autor ou do próprio documento, pois este antes de ser utilizado deve passar por uma rigorosa crítica.

Não temos receio em afirmar que muitas vezes, a ficção é mais importante para conhecimento de uma época do que o próprio documento histórico. Basta observarmos os romances machadianos, que revelam uma radiografia do Segundo Reinado tão clara e evidente que muitos críticos chegam a afirmar, com certa dose de exagero, que eles sobrepujam muitos compêndios históricos consagrados. O espírito criador de Machado é tão detalhista e cativante na medida em que manipula os fatos históricos a ponto de torná-los irônicos e saborosos ao leitor comum.

Nós diríamos que há romances que são verdadeiros documentos históricos, pela fixação de regiões, época, tipos e costumes. Marques Rebelo, o grande romancista carioca já dizia: **“todo romance é um documentário mesmo que a pessoa não queira”**.

Inspirado nessas idéias é que resolvi analisar alguns romances ligados ou baseados em fatos históricos.

Inicialmente, tomemos por exemplo, os romances históricos de **José de Alencar** quando neles existe uma nítida preocupação com o cruzamento do branco com o índio, com a colonização e com a urbanização. Neles estão juntos a política e a literatura. O Romantismo, escola em que fora criado visava intencionalmente a documentação direta da realidade e, por outro lado, idealizava-a na concepção do homem americano, mestiço e colonizado, que precisaria ser nobilitado com a aura do mito, da paixão e do sentimento. A leitura dos romances do norte-americano James F. Cooper deu a Alencar a base de sustentação que era o mito desenvolvido na temática do herói brasileiro.

Os componentes da obra alencariana não são apenas literários e estéticos, são também lingüísticos e, sobretudo históricos no sentido social, político e econômico, ou do ponto particular da nossa realidade. Efetivamente, tudo o que o autor de **Iracema** produziu obedece a este designio histórico pré-estabelecido de onde deveria surgir o grande painel da nacionalidade. A ficção romântica, evoluindo no rastro das idéias políticas, não se limitava a observar a História; assumiu programaticamente a tarefa de **fazer** a História para construí-la sob uma determinada perspectiva. Identifica-se aí a origem do manancial quase inesgotável de dados folclóricos, lendários e filológicos que vêm a formar a matéria arqueológica dos seus romances notadamente **O Gaúcho, As Minas de Prata, Guerra dos Mascates e o Guarani**. Neles o autor pagava um alto preço em detrimento da ficção, beirando os limites da mera crônica de tipos e costumes justamente naqueles casos em que essa programática e tornou evidente.

O romancista se preocupa com o novo homem surgido na América como o índio, o mestiço, o sertanejo, o bandeirante ou o gaúcho, cujos atributos essenciais serão a força, a beleza, a coragem, a nobreza, fundidas, enfim, na solda moral, proporcionada pela consciência de liberdade.

Foi para dotar esta imagem ideal de eficácia política e literária, totalizando o mito, que Alencar provocou a confluência entre a História e a Literatura, justamente no território da ficção. Esta foi logo transmitida ao interpretar a formação social brasileira sob o ângulo do nacionalismo triunfante.

Em sua curta, mas preciosa autobiografia, Alencar afirma que as origens do seu romance mais popular **O Guarani** estão mencionadas a partir de 1848, quando, viajando pelo interior do Ceará e Bahia, lendo cronistas da era colonial em Olinda, ressalta a certa altura de suas reminiscências: "Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-me como o primeiro broto do Guarani, flutuava-me na fantasia. Devorando as páginas dos alfarrábios de

notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para o meu romance; ou pelo menos um protagonista, uma cena e uma época”.

Escrito em folhetins para o Diário do Rio de Janeiro entre janeiro e abril de 1857, o romance neste mesmo ano era publicado em quatro partes: **Os Aventureiros, Peri, Os Aimorés e a Catástrofe**, que dão aquela impressão de roteiro cinematográfico que aliás está sendo filmado, decorrente, talvez, em grande parte, da enorme plasticidade alcançada pelo escritor na elaboração das ações e cenas do romance. No dizer do crítico José Veríssimo, **“O Guarani é para nossa ficção em prosa o que foram os Primeiros Cantos de Gonçalves Dias para a nossa poesia”**. Ler Alencar, já dizia o filólogo Silveira Bueno **“é necessário usar óculos escuros, tal a luminosidade que dela se desprende”**.

Criado na escola do romantismo, é justo assinalar aqui a obra histórica do **Visconde de Taunay**, escritor, militar, engenheiro e pintor. Encantou-se com a hospitalidade proporcionada por Campinas quando de sua passagem a caminho do Paraguai onde o esperaria uma guerra cruenta. Alfredo Bosi afirma que Taunay era “homem de pouca fantasia, muito senso de observação, formado no hábito de pesar com a inteligência as suas relações com a paisagem e o meio”.

Mocidade de Trajano é considerado seu primeiro romance, escrito em 1869, quando tinha apenas 26 anos e participava pela segunda vez da guerra com o Paraguai. Publicado em 1871 e, por um desses caprichos do destino, somente em 1984 saíria a segunda edição, graças à iniciativa do nosso confrade Lyrurgo de Castro Santos Filho, na ocasião, presidente da Academia Paulista de Letras. Por que tamanho hiato de 113 anos? Porque, segundo observações de Ernani da Silva Bruno no prefácio desta nova edição, “teria havido uma deliberação tácita do autor e de seu filho de manter o livro no esquecimento, sob a alegação de conter referências menos nobres a padres e por ser, por isso, um livro ímpio”.

A ação romanesca se passa numa fazenda de Campinas entre 1852 e 1869, período da história brasileira em que se dão, entre outras questões políticas e sociais, a fracassada execução do projeto de Conciliação do marquês de Paraná, entre os dois partidos políticos da época, Conservador e Liberal, o acirramento das discussões sobre a questão da escravidão, o surgimento das primeiras propostas de colonização baseada na imigração estrangeira e a guerra do Paraguai, ainda em curso que coincide com o final da ação. Aliás, esta guerra daria ensejo a que Taunay escrevesse a **Retirada da Laguna**, documentário em que narra os horrores de uma desastrosa expedição ocorrida em 1866, quando de um contingente de dois mil e

quinhentos homens que o compunham, apenas setecentos iriam sobreviver. Além dos ataques dos paraguaios, nossos soldados foram vítimas, segundo nosso confrade e historiador Odilon Nogueira de Matos, “pela adversidade do meio, pelas enchentes dos rios, pelas febres delas decorrentes, pelo cólera, acossados pela fome e pela falta de víveres e de munição”. Ernest Aimé no prefácio da terceira edição francesa, em 1890, chegara a afirmar que a Retirada da Laguna é superior à que foi chefiada e narrada pelo grego Xenofonte, primeira reportagem da literatura universal.

Amadeu Amaral, poeta e folclorista, estranha, e damos razão a ele quando afirma que no Romantismo os escritores e poetas, salvo honrosas exceções, tinham guardado muito pouco da escravidão e muito do índio.

No seu estudo sobre a literatura, na **Revista do Brasil**, em maio de 1918, no seu número 8, p. 45, comentava que os poetas e romancistas estavam demais preocupados em exaltar a natureza, a glorificar o índio, discorrer sobre os assuntos históricos à sua maneira dentro das aspirações políticas da época, em detrimento do escravo que labutava na terra, que vivia, sofria e sonhava com dias melhores. Portanto, reflitamos sobre isso.

A burguesia ocupou também o centro da atenção de **Machado de Assis** para protagonizar, na passagem do século, o drama da vida brasileira, pois, sendo repórter político do Senado Imperial, tinha conhecimento, experiência e visão crítica do momento. Interessa-nos tão só registrar a minuciosa anotação dos hábitos sociais, privilégios dos banqueiros, burocratas, capitalistas, políticos que aí estão enredados, postulando cargos e posições, todos engolfados na escalada social por via da afirmação econômica.

No seu romance **Esaú e Jacó**, de 1904, o cenário social é a alta burguesia carioca do fim do Segundo Reinado. As personagens centrais são os gêmeos idênticos Pedro e Paulo, filhos da maturidade do bem-sucedido banqueiro Santos e sua mulher Natividade. Uma adivinha cabocla prognosticou aos meninos um futuro brilhante e em retroprofecia revelou que eles haviam brigado dentro do útero materno. A inimizade e as divergências continuaram vida afora, apesar dos esforços da mãe para fazê-los amarem-se, ajudada pelo Conselheiro Aires, diplomata aposentado e amigo da família.

Pedro é monarquista; Paulo, republicano. Pedro permanece no Rio estudando Medicina, Paulo vai para São Paulo cursar Direito.

Deputados por partidos oponentes, seriam amigos em casa, mas na Assembléia, manteriam as divergências políticas, por fidelidade aos eleitores.

O Conselheiro Aires, personagem e narrador, relembra a experiência vivida em Caracas, onde fora adido de Legação. Eis o relato: **Estamos em casa, de palestra com uma atriz da moda, pessoa chistosa e garrida. De repente, ouviram um clamor grande, vozes tumultuosas, vibrantes, crescentes... - Que rumor é este, Carmem? - Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai. - Mas eu ouço aclamações... - Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo.**

A ironia reforça o jogo dos contrastes em que está cifrado todo o texto e, assim, o ceticismo em relação à marcha dos acontecimentos históricos. A opinião que Aires formula aqui indiretamente sobre os movimentos políticos é a raiz do individualismo exarcebado a partir do qual atuam as demais personagens sob o seu foco de observação. A situação narrada vem a duplicar-se logo em seguida num contexto datado e circunstanciado, abrindo espaço para os acontecimentos que assinalaram a proclamação da República a 15 de novembro de 1889.

Aliás, tal evento merece em **Esaú e Jacó** a atenção de Machado. Trata-se do episódio satírico da Tabuleta.. Havia na rua do Catete a Confeitaria do Império. Como a tabuleta envelhecera e era impossível sua recuperação, o proprietário Custódio mandou fazer uma nova, depois de alguma relutância por causa dos gastos. Neste interim, proclama-se a República. Pensando na discrepância entre o antigo nome do estabelecimento e o novo regime, Custódio manda sustar a pintura, com um bilhete ao artesão: **pare no d.** Porém a tabuleta já estava pronta - e o confeitoiro, amuado, tem de arcar com novas despesas. Precisa escolher outro nome e vai aconselhar-se com Aires. O Conselheiro apresenta-lhes várias denominações, que - ele sucessivamente vai recusando. **Confeitaria da República** não serve, porque ninguém garante a estabilidade do regime. **Confeitaria do Governo** poderia irritar a oposição. **Confeitaria do Império das Leis** é muito longo, assim como a manutenção do antigo nome acrescido da data da fundação (1860) poderiam ler apenas a primeira parte e os problemas políticos continuariam. **Confeitaria do Catete** foi descartada porque já havia outra homônima. Por fim, concorda com **Confeitaria do Custódio**, sem deixar de queixar-se dos gastos. Aires consola-o, dizendo-lhe que as revoluções sempre custam alguma coisa.

O que podemos deduzir destes fatos? Aires permanece na sua postura olímpica, evitando assumir qualquer atitude que porventura possa prejudicá-lo; os motivos particulares sobrepujam os públicos; a mudança do regime fez com que a população assistisse inerte ao desfile da tropa.

Custódio, por sua vez, seria um símbolo do brasileiro que procura a política para dela tirar proveito.

No fundo **Esaú e Jacó** instaura uma reflexão sobre a política brasileira ao situar, num extremo do painel delineado, a burguesia impotente que vegeta à sombra do poder. Este mundo oferecido revela a ironia, o ceticismo e o individualismo. Eis a razão pela qual Machado de Assis ocupa uma posição decisiva na evolução do romance histórico ao colocar o dedo na ferida.

O próprio pessimismo machadiano tinha raízes profundas e base sólida na observação da realidade nacional. Não podemos esquecer que um pouco antes, em 1902, **Euclides da Cunha** traçara um verdadeiro divisor de águas no panorama da intelectualidade brasileira ao publicar **Os Sertões**. Foi difícil a publicação desta obra, pois, as primeiras experiências dele ao tentar encontrar editor para o seu livro foram desencorajadoras. Os responsáveis pelo O Estado de S. Paulo, jornal cujo dono patrocinara a ida de Euclides à Bahia assustaram-se com o tamanho do manuscrito. O Jornal do Comércio teve reação semelhante. Finalmente, um amigo pessoal, Lúcio de Mendonça, arranhou-lhe um contato feliz com a casa editora Laemmert, que se especializara em trabalhos científicos. Mas Euclides teria que custear a primeira impressão. Por todo 1902, ele teve que lutar com as provas tipográficas. Tendo encontrado oitenta erros na edição impressa de dois mil exemplares, abancou-se à sua mesa, na véspera do lançamento, e tentou corrigir pessoalmente cada volume à mão.

Que espécie de livro eram **Os Sertões**? Primeiro, a obra não se conformava com nenhum modelo de gênero literário. Não era ficção, uma vez que as personagens e acontecimentos eram reais. Era longo demais para ser considerado um ensaio, e também transcendia o nível do jornalismo pela sua linguagem poética e pelo seu dramatismo descritivo. Considerado tratado científico por uns, panfleto político e denúncia social, por outros, o que importa é que foi uma tragédia social das massas amotinadas, desmantelando-se aí definitivamente a ideologia ufanista que persistia desde o século anterior. Afinal tratava-se de uma sociedade de dominadores e dominados o conflito explodiu, sob a forma de genocídio, no episódio trágico de Canudos. Seu protagonista, Antonio Conselheiro veio impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício.

De qualquer maneira, foi na História que o desastrado líder jagunço ingressou e assim ocorreu pela mão de Euclides da Cunha porque através d'**Os Sertões**, deu voz aos dominados, assumindo a sua causa pela

primeira vez na literatura brasileira. Também ele possuía a sua visão histórica: sabia - no contato direto com a áspera realidade do sertão - que a miséria de toda a dominação consiste precisamente em negar ao dominado a consciência da própria miséria a que está submetido.

Efetivamente, basta reconhecermos que grande parte da ficção brasileira ulterior seria condicionada pelo amplo caminho que Euclides inaugurou. Aquela sociedade que a ideologia romântica procurou identificar ao mito do índio heróico se vê confrontada agora com jagunços e fanáticos: diante da cultura urbana ergue-se um sertão primitivo e insurrecto. Euclides não pretendia, em nenhum momento, que o seu livro fosse um romance. Sua função não era adjetivar a História intitucionalizada, mas empreender a sua denúncia.

Foi o que fez, logo adiante, **Lima Barreto** nas suas duas narrativas de fundo histórico que escreveu, a saber - **O Triste fim de Policarpo Quaresma** e **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Em nenhum outro lugar virá à tona, com tanta clareza, a crítica assestada sobre a sociedade cujos mecanismos de dominação resultaram no desastre de Canudos.

Mas Lima Barreto é um narrador urbano, tipicamente carioca, e nele é consciente a intenção de fazer a crônica do primeiro período republicano. Há de fazê-la, no entanto, sob o prisma da sátira e da caricatura impiedosa que parece tudo abarcar, dos burocratas medíocres à tirania de Floriano Peixoto, dos intelectuais que cultivam o sorriso da sociedade aos ativistas políticos que enfrentarão o fuzilamento ao raiar do dia seguinte. Afinal, para Lima Barreto, a República não era senão o somatório da velha oligarquia rural ao militarismo e à burocracia de Estado.

Sua literatura é fortemente ideológica, da classe média urbana ora conservadora, ora revolucionária, expressando através da crítica corrosiva sua impossibilidade de ação sobre a estrutura social imposta. Na ótica de Lima Barreto o fanatismo e a violência não pertencem já com exclusividade aos jagunços euclidianos; constituem o estigma originário da classe dirigente que ele pretendia desmascarar. Sua ficção está carregada de problemas históricos que chegaram aos nossos dias.

O romance contemporâneo, nascido na vertente do Modernismo, definiu um projeto social porque a chamada **Geração de 30**, em parte caudatária do regionalismo, em parte herdeira da tradição realista, se propôs à documentação de nossa realidade rural e urbana. Mas não só por isto. Nas sucessivas crises políticas que finalmente levaram à eliminação da democracia, esse romance assumiu também a tarefa de explicar e interpretar o circuito

histórico, adiantando-se muitas vezes em relação a palavra dos próprios historiadores, que só se pronunciaram bem mais tarde. É o caso da era getulista, cuja ditadura daria margem a romances históricos como **Os Subterrâneos da Liberdade**, de Jorge Amado, onde a denúncia adquire sua força máxima, principalmente com aqueles que sofreram nas prisões e câmaras de tortura do Estado Novo. O fascismo getulista proporcionaria, então, o ponto de partida duma reflexão que conduzirá à percepção nítida da fraude ideológica inerente a qualquer tirania.

A revisão histórica prossegue quando **Erico Veríssimo** escreve a trilogia de **O Tempo e o Vento**, reconstituindo a formação do Rio Grande do Sul através da saga de duas famílias, Terra e Cambará. **O Continente** explora o espaço que vai de 1745, época das guerras entre fronteiras e o estabelecimento de estâncias, até 1895, quando se funda a República do Rio Grande do Sul. Em **O Retrato** o autor se detém no período que medeia 1909 e 1915, mas sem esquecer a base anterior de **O Continente**, pois o segundo romance é prolongamento do primeiro, e as personagens principais são descendentes daqueles que fundaram o Rio Grande do Sul. O dr. Rodrigo Cambará, por exemplo, aparece como jovem advogado no início do romance, descende do capitão Rodrigo. Através da figura do dr. Rodrigo, homem de prestígio na época getulista, por ser uma espécie de chefe da política local, **Erico Veríssimo** vai analisando a decomposição do antigo código de valores que presidiu a formação da sociedade gaúcha.

Já em **O Arquipélago**, narra-se, por vaivéns em que se minimiza a linearidade temporal, a história de Santa Fé e da família Cambará já numa fase de decomposição social, moral e psicológica, que se inicia por volta de 1945. A figura soberana do romance é o dr. Rodrigo, agora já velho, desgastado por amores desqualificados, compromissos, politicalha. Entre outras tomadas, que se combinam em mosaico, aparecem o último ano da agitada gestão de Artur Bernardes, a revolução de 1924, os vários levantes armados que culminariam na - coluna Prestes, a revolução constitucionista de 1932, a emergência do Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial. **Arquipélago** é a metáfora com que **Érico Veríssimo** traduziu a maior característica dos novos tempos: dispersar as almas dentro de si mesmas, sob o impacto da nova era tecnológica e industrial. É essa uma das impressões mais fortes que o livro consegue transmitir. Nele há páginas admiráveis, como o diário de Silvia, ou as que precedem imediatamente a morte do dr. Rodrigo Cambará, como aquele incrível diálogo que manteve com seu filho Floriano, verdadeiro ajuste de contas entre filho e pai.

É justo salientar aqui a safra paulista de escritores que tomou como referência os assuntos históricos e não poderíamos omitir os nomes de

Paulo Setúbal com sua obra numerosa e apreciável, que sabia romancear como poucos os fatos do passado, tornando-os vivos e agradáveis à leitura; **Maria Camila Dezonne Pacheco Fernandes**, nossa confeitira, autora de **Sinhá-Moça**, história da escravidão negra que se passa numa fazenda do século XIX ao abordar a época abolicionista, romance que foi adaptado ao cinema, em 1953, pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz; **Francisco Marins** com seu **Clarão na Serra** em que focaliza uma época importante para a história cafeeira de S. Paulo, o período que se estende de 1842 a 1889, quando se inicia o desbravamento das terras do oeste paulista, e os pioneiros lutam pela posse de um pedaço de chão. Também a obra excepcional de **Dináh Silveira de Queirós**, com seu romance **A Muralha**, publicado no ano do quarto centenário de S. Paulo. A autora fez rigorosa pesquisa arquivai e em livros, resultando num texto em que personagens reais e fictícias se mesclam. A estória gira em torno da guerra dos Emboabas que, tendo como motivo a posse das regiões das Minas Gerais, atirou reinóis adventícios e aventureiros contra os paulistas desbravadores e descobridores. A Muralha é um depoimento sobre a saga paulista e deu à autora a medalha Imperatriz Leopoldina e o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras. Infelizmente tal livro está esquecido e seria oportuno que as novas gerações o conhecessem. Poderíamos alongar a lista destes escritores paulistas, mas o nosso tempo não o permite e por isso deixaremos para que outros oportunamente o façam.

Senhoras e Senhores, depois da análise de alguns romances históricos, podemos concluir que na história da humanidade, há guerras, quedas de governantes, baixas econômicas, mas essas ocorrências só ganham força depois que os poetas, os romancistas lhes dão uma forma.

Todo o conhecimento histórico poderá provocar depois dele, outros acontecimentos que a literatura vai louvar a seu tempo. Tudo isso é tão verdadeiro que, desde a origem dos tempos, todos os reis, chefes de guerra ou generais se faziam acompanhar, em suas expedições, por um cronista, um poeta ou um jornalista encarregado de, com a ajuda do material incompreensível dos acontecimentos, fazerem a História. Está claro que a História se nutre de acontecimentos. Apenas é necessário acrescentar que os acontecimentos sozinhos, são incapazes de produzir a História. Ela sobreviverá se for feita com arte literária já dizia o grande historiador inglês, Edward Gibbon, no século XVIII e se extinguirá com o desaparecimento do último cronista. E pode-se imaginar que este cronista, na noite dos tempos, terá ainda a força de responder à profecia de Homero, poeta grego, quando diz: **Os deuses criam os acontecimentos para que os poetas do futuro passem cantá-los.**

A CAMPINAS DE MULHERES REPUBLICANAS EXTREMADAS E DE VIDA SOCIAL TRISTE

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Relembrar Dunshes de Abranches quando se referia à sua decantada São Luís (MA) tem sua validade, uma vez que a memória sentimental está sempre presente naquilo que de criança existe em todos nós, procurando cá e acolá valorizar nossas lembranças, buscar imagens de outrora, avivando-lhe, por certo, suas cores.

Assim, na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a cidade de Campinas e dois de seus bairros - Cambuí e Vila Industrial - desde os anos 1990, chamou-nos atenção, entre outros, o relato de viagem deixado pelo médico milanês Afonso Lomonaco¹ a respeito da incursão que fez pelo Brasil entre os anos de 1885-1887. Passando pela cidade de Campinas, apesar de ser parcimonioso em sua descrição, além de mal informado acerca de nossa gente e costumes, o que aliás é até compreensível em se tratando da literatura de viagens, de valor bastante desigual, são seus apontamentos bastante curiosos, notoriamente pelo fato de haver sido o único viajante que por estas plagas passou a observar, não apenas a grande participação das mulheres campineiras nos Clubes Republicanos, como também a salientar a pobreza verbal dos tribunos que subiam aos púlpitos de então, demonstrando, como

(1) Não tivemos oportunidade de consultar o próprio livro de Afonso Lomonaco, **Al Brasile** (Milano, Leonardo Vallardi, 1889). Daí termos utilizado para este comentário a extensa resenha que dele fez Afonso de Taunay em **Antigualhas paulistas**, (São Paulo, 1952). Trata-se de separata do vol. 47 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a parte referente a Campinas ocupa as páginas 100 a 107. A este volume, portanto, é que aludem as notas constantes de nosso trabalho. Ao leitor eventualmente interessado no texto de Lomonaco, informamos que em **Antigualhas paulistas** encontra-se resenhada toda a parte sobre São Paulo (capital e algumas cidades do interior); a parte relativa ao Rio de Janeiro, Taunay já a havia resenhado em **No Rio de Janeiro de D. Pedro II**: 203-246, Rio de Janeiro, Agir, 1947.

textualmente se refere, à grande “intemperança de linguagem”² usada por aqueles indivíduos.

Pouco sabemos acerca deste viajor; mas, por suas observações cremos que, não tendo obtido sucesso na clínica que pretendia abrir no Brasil, passou a tudo ver com bastante malevolência, sobretudo ao que se referia a estrutura monárquica aqui vigente.

Em 1885 quando esteve em nossa cidade, era ela a mais importante da Província (depois da capital), apresentando grande desenvolvimento na lavoura cafeeira, mão-de-obra abundante, além de possuir certo arruamento simétrico, o que também demonstrava seu razoável crescimento urbano. Contava com residências de vulto em seu centro, elegantes chácaras em seu redor, iluminação a gás e serviço de bondes, o que lhe conferia, e neste sentido Lomonaco foi justo, um “aspecto simpático e atraente, estando aparelhada de muitas comodidades desejáveis em cidades de certa importância”³.

Como não poderia deixar de passar despercebido, dado o destaque que assumia no desenvolvimento urbanístico da cidade, a Matriz Nova foi objeto de inúmeras considerações do médico-viajante, a começar pelo mau uso dos recursos financeiros (e já naquela época tal fato era notado e criticado por um estrangeiro...). Mas, suas considerações iam além, pois, comentava também que o campineiro parecia não se preocupar com este desperdício, já que por demasiado orgulhoso de sua cidade, principalmente por estar erigindo uma suntuosa Igreja e por possuir um possante órgão; complementava sua vaidade o fato de lá haver nascido a maior “glória musical brasileira - Carlos Gomes”⁴.

Como permaneceu em Campinas por quatro meses pode o viajante participar da vida política da cidade, donde lhe adveio a possibilidade de observar, entre outros pontos, o grande número de republicanos existentes e descrever o local onde se realizavam as conferências como sendo uma “magnífica sala forrada e atapetada de simbólico vermelho, ornada de troféus e bandeiras igualmente vermelhas que cercavam a - tribuna dos oradores”⁵.

Quanto as mulheres, como já mencionamos, eram, segundo o viajor, “muito apaixonadas pela política e extremamente rígidas em suas convicções a ponto de ultrapassarem as conveniências sociais”⁶.

Certamente espantou-o nossa vida política não apenas pelos extremismos e pobreza dos discursos voltados contra a Monarquia, mas, por serem centrados em ataques pessoais e com plataformas políticas com muito

(2) Antigualhas, p. 104.

(3) Op. cit., p. 101.

(4, 5 e 6), Idem, p. 103

a desejar para um estrangeiro que vinha com toda uma teorização aliada a uma prática política bem diversa da encontrada nos trópicos onde o beija-mão, os compadrios e a troca de favores imperavam!

Espantava-o de igual maneira o fato de uma cidade desenvolvida manter apenas três jornais; “mediócre e todos de feição republicana”⁷.

Deixa-nos entrever em seu relato quão simpático era ao trabalho do imigrante na cidade, comentando ainda que a nascente colônia italiana em Campinas era uma das mais prósperas que tinha visto e que em sua maioria dedicava-se ao comércio e a indústria. Era composta por elementos provenientes da Toscana e Baixa Itália.

Aponta Lomonaco que apesar de ser Campinas considerada na época a capital agrícola da Província, ser importante centro ferroviário, sede de várias indústrias, não conseguia vê-la a não ser como uma cidade “desprovida de vida”⁸, já que caracterizada por uma grande estagnação, com poucas festas, raros eram os transeuntes que passavam por suas ruas, as portas e janelas das casas eram sempre fechadas, suas praças desertas, sendo que tal monotonia só era quebrada raramente pela passagem de alguma carruagem ou pelo rumor dos bondes com pouquíssimos passageiros.

Neste seu relato observamos que houve profunda alteração com relação a alguns anos antes, quando por outras descrições notamos que a cidade era bastante festiva, centro ativo de comércio e com grande afluência de estrangeiros.

Claro que devemos considerar, descontando os exageros de suas observações, que Campinas sofria, no momento de sua estada na cidade, as consequências da primeira grande crise cafeeira no Brasil, além do fato de muitos fazendeiros da região terem perdido vultuosas somas com as operações do Sindicato. Ousaram quando não podiam enfrentar o mercado da época até porque os cafeicultores da cidade, ainda eram titubeantes neste “jogo” internacional, não apresentando condições para imporem-se frente aos Estados Unidos e Europa. Claro que este fato repercutiu de forma intensa na vida da cidade alterando, inegavelmente, sua estrutura sócio-econômico-político-cultural, o que foi, portanto, anotado por este viajante de forma apropriada.

Bem por isto, julgamos oportuno noticiar a passagem de Lomonaco por Campinas, crendo que merece melhor estudo em sua caminhada pelo Brasil, apesar das contradições que por vezes encontramos em seu discurso que é, no entanto, quando nada pitoresco para ajudar na compreensão e análise do imaginário social.

(7), Idem, p. 105.

(8) Idem, p. 106.

EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E ESTADO: UM DOCUMENTO DE 1788 SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA DE MOXOS (BOLÍVIA)

Lilia Inés Zanotti de MEDRANO
Ieda Neli GARCIA
Departamento de História/Núcleo do ICH
ICH - PUCCAMP/CEAP- Campinas - SP.

INTRODUÇÃO

A educação indígena no período colonial e, particularmente, a ministrada pelos jesuítas, tem sido suficientemente estudada contribuindo, assim, para elucidar aspectos importantes deste capítulo da educação latinoamericana. É sabido, que os jesuítas não só se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo entre os indígenas que reuniam nas missões ou reduções, mas também foram responsáveis durante longo tempo pela educação de jovens e adultos de todas as camadas sociais, de onde decorre a importância que ocupam na história da educação em nosso continente.

Após a expulsão dos jesuítas, outras ordens religiosas ocuparam seu lugar imprimindo suas características à educação latinoamericana. Por outro lado, do final do século XVIII, as Reformas Bourbonicas que atingiram seu ponto culminante durante o reinado de Carlos III da Espanha, trouxeram no seu bojo uma nova e diferente preocupação pela educação dos indígenas do território americano e em especial em relação às antigas missões, cuja

disciplina e organização haviam-se resentido, em virtude da ausência dos padres da Companhia de Jesus.

A presente comunicação pretende trazer uma contribuição ao estudo da educação indígena, através de uma cartilha ou catecismo destinado à educação dos índios das antigas missões de Moxos, no atual território da Bolívia. Gostaríamos de ressaltar que apesar do seu carácter restrito à esta região boliviana, o documento ultrapassa as fronteiras do regionalismo para tornar-se não só um exemplo de instrumento educativo, mas também a expressão pedagógica dos princípios do absolutismo monárquico bourbônico que se pretendia transmitir aos vassalos destas longíquas terras do imenso império espanhol.

A cartilha se titula. **“Cartilha fácil, breve y compendiosa para que por método de Doctrina sirva para la instrucción de la juventud, a fin de que por ella reconozcan la potestad de Nuestro Católico Monarca, de donde se deriva la autoridad Real y la obediencia que debemos tributarle: principiada a trabajar de orden del Señor Gobernador de esta Provincia Don Lázaro de Ribera, por José Mariano Martínez de Velasco, Cura del Pueblo de la Purísima Concepción que la seguirá por sus partes correspondientes”**¹.

O título já adianta em parte seu conteúdo. A cartilha estava especialmente dirigida à educação da população indígena - os remotos vassalos do Rei da Espanha - da região das antigas Missões de Moxos no atual Departamento de Beni, território da Bolívia, na fronteira com o Brasil. O período que abrange este trabalho é de 1785 a 1793, tempo em que Don Lázaro de Ribera ocupou o cargo de Governador Político e Militar da Província de Moxos tentando pôr em prática os princípios da política bourbônica em relação às antigas missões.

A PROVÍNCIA DE MOXOS

A província de Moxos, no Departamento de Beni, localizada numa região de terras baixas, alagadiças e férteis da Bolívia, regada por numerosos rios e rodeada por florestas abundantes, tem um clima quente e úmido, com chuvas abundantes que provocam enchentes formando lagoas e pantanais, especialmente nos meses que vão de novembro até abril ou maio, quando as inundações se tornam mais frequentes.

(1) Esta Cartilha se encontra no Archivo Historico Nacional, Madri. LEGAJO 4439 - ESTADO (ms).

Nessas terras, que hoje têm seus limites com o Paraguai, o Brasil e o Perú, habitadas pelos índios moxos, baurés, pampas e chiquitos e inúmeras sub-tribos, os jesuítas fundaram as Missões de Moxos e Chiquitos cujos nomes derivam das tribos dos índios moxos e dos chiquitos que habitavam a região.

A obra evangelizadora realizada pelos jesuítas na América é bem conhecida e não pretendemos fazer nova referência a ela, porém, podemos lembrar que em poucos anos após a sua chegada à América, os padres da Companhia de Jesús fundaram e organizaram uma rede de missões espalhadas por toda a América espanhola. Estas missões, que reuniam a população indígena, possuíam numerosas características em comum relativas à sua organização e funcionamento, além de estar geralmente localizadas nas nascentes dos rios e em terras de pouca altitude ou em zonas desconhecidas, inexploradas e distantes dos núcleos urbanos, onde os indígenas quase não mantinham contatos com os colonizadores espanhóis. Em Moxos como nas outras missões, o isolamento foi sua principal característica.

Ao que tudo indica, a primeira missão fundada na região foi a Missão de Loreto, em 1686. A esta missão seguiram outras e até a sua expulsão da América do Sul, ocorrida em 1767, os jesuítas fundaram e organizaram uma rede de quinze missões em Moxos e dez em Chiquitos espalhadas a alguns quilômetros de distância ao norte e ao leste da cidade de Santa Cruz de la Sierra².

São Pedro - sua capital - estava localizada a pouca distância do rio Mamoré e as missões distribuídas em suas proximidades. Porém, o centro administrativo era o porto de Pailas, a curta distância de Santa Cruz, que permitia o escoamento da produção e alguns contatos com o mundo exterior. Assim, os produtos das "chacras" comunitárias de Moxos eram enviadas pelos rio Mamoré e rio Grande à Administração Subalterna de Santa Cruz de la Sierra, de onde eram encaminhadas à Administração Geral que se encontrava em Ciudad de la Plata.

Mesmo assim, estas missões, como tantas outras fundadas pelos jesuítas, se desenvolveram no mais absoluto isolamento, em grande parte provocado pelas próprias características geográficas das regiões escolhidas. Particularmente, no caso das Missões de Moxos, a interposição do Chaco Boliviano tornava muito difícil ou quase impossível sua vinculação com as missões do Paraguai e com outras regiões da colônia espanhola³.

(2) MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. "Moxos: as Missões de Fronteira", trabalho apresentado no Congresso Internacional América 92: Raízes e Perspectivas, São Paulo, SP, outubro 1992 (a ser publicado).

(3) ANGULO, J. D. et alii. *Historia del Arte Hispanoamericano*, Barcelona, Ed. Salvat, 1945-1956, 3

Na medida em que exerciam a obra evangelizadora, os jesuítas também ensinavam aos índios moxos a arte de tecer, da cerâmica e da carpintaria, além de introduzir a agricultura e a criação de gado. A riqueza e variedade de madeiras existentes nos bosques permitiram desenvolver um excelente trabalho com madeiras na construção de casas, igrejas, móveis, molduras, objetos torneados, instrumentos musicais e canoas entre os exemplos das atividades realizadas pelos indígenas em Moxos.

Todavia, após a expulsão dos padres da Companhia de Jesús, em 1767, a administração e a organização das missões sofreram alterações importantes, seguidas de um período de decadência⁴. Para isto contribuíram, também, as constantes incursões dos caçadores de escravos portugueses, que constituíam uma grave ameaça à integridade das missões⁵. Em épocas anteriores, foi particularmente grave a entrada portuguesa de 1742 que causou graves prejuízos às missões.

A população indígena reduziu-se significativamente e a produção das chácaras bem como o número de cabeças de gado diminuíram assustadoramente, rejudicando a alimentação nas aldeias e a realização dos trabalhos agrícolas. A própria administração das antigas missões sofreu um enorme desgaste devido em grande parte, às irregularidades que freqüentemente envolviam padres, capitães, caciques e índios.

As irregularidades administrativas chegaram ao conhecimento da Real Audiência de Charcas, o que provocou o afastamento dos padres das funções administrativas, ficando restritas às espirituais, e designando para as responsabilidades da administração pessoas subordinadas ao governo⁶. Por outro lado, com a intenção de reverter essa situação, e dar encaminhamento ao novo sistema administrativo em consonância com o espírito reformador que penetrava no território americano como reflexo da nova política da Espanha em relação às suas colônias, a Real Audiência de Charcas instruiu o Governador Político e Militar de Moxos - Lázaro de Ribera - no sentido de dar encaminhamento a um plano administrativo tendente à reorganização social e econômica das ex-missões jesuíticas de Moxos.

Assim, Lázaro de Ribera elaborou um regulamento, composto por 57 artigos⁷, que visava atender à educação dos índios dentro dos

(4) LEÓN, Ibot. *La Iglesia y los eclesiásticos Españoles en la Empresa de Indias*, Barcelona, Ed. Salvat, 1954, 2º Vol. (Colección Historia de América y de los Pueblos Americanos), por Antonio Ballesteros y Bernalta, p. 912.

(5) MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de, *Op. Cit.*, p. 7.

(6) AHN, Madri. LEGAJO 4436 - ESTADO (ms).

(7) AHN, Madri, LEGAJO 4436 (ms).

princípios da moral cristã e ao ensinamento da língua espanhola, propondo para isto a formação de escolas que teriam como principal objetivo, uma maior interação entre as comunidades indígenas e os espanhóis, promovendo uma reorientação das atividades econômicas “em benefício dos indígenas e do Estado”⁸. Em outras palavras, pretendia-se recuperar parte da prosperidade da província por meio da exploração das riquezas naturais e das reconhecidas aptidões dos indígenas para as atividades artesanais e produtivas.

Ao que tudo indica, as reformas introduzidas por Lázaro de Ribera conseguiram reanimar a agricultura, as indústrias artesanais e o comércio, além de exterminar o comércio clandestino com os estabelecimentos portugueses. A Audiência de Charcas, reconhecendo a rápida recuperação dos povos de Moxos, mandou ao Governador D. Lázaro de Ribera, o seu agradecimento por promover a “felicidade daqueles naturais”, da mesma forma que o Vice Rei de Buenos Aires reconheceu a “constância com que sustentou naquela fronteira, os direitos de S. M.”, o Rei da Espanha⁹.

A CARTILHA

Em 1786, Lázaro de Ribera encomendava ao padre e Cura Primeiro da Missão da Puríssima Conceição, Dr. D. José Mariano Martinez de Velazco, a elaboração de uma “breve e clara instrução” dirigida à juventude da missão - depositária das preocupações do governador - para que esses “naturales” compreendessem facilmente as obrigações dos vassallos para com o seu rei.

A intensão central da cartilha ou instrução - que foi concluída e entregue a Lázaro de Ribera em 1788 - era transmitir tudo o que era relativo à suprema autoridade “do Rei, dos senhores Secretários e Governadores de Estado, Viceréis, Reales Audiências e Governadores, Ilustrísimos Prelados e Párrocos”. Em forma de perguntas e respostas e composta por 36 lições, a cartilha ou catecismo expunha a doutrina do poder absoluto do rei e de sua potestade divina, como uma expressão altamente significativa do iluminismo espanhol e de suas complexas manifestações espirituais, representando o reflexo, na América, das idéias que agitavam a Europa do século XVIII.

Lázaro de Ribera, entendia a prática da religião cristã como o elemento básico para a observância das leis que conduzem à boa ordem do estado. Daí que ao encomendar a cartilha, recomendou ao padre Martinez de

(8) AHN, Madri, LEGAJO 4436 (ms).

(9) MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de, Op. Cit., p. 16.

Velazco sua inspiração não só nos princípios do abade Jacques Bossuet e de Santo Agostinho, mas também tomando como modelo um Catecismo Real¹⁰, o qual teve a ocasião de conhecer, e que foi elaborado e publicado pelo frei José Custódio de San Alberto, Arcebispo de La Plata, e destinado para o ensino dos jovens (ainda que em nenhum momento mostrou sua compreensão com os problemas indígenas, aos quais também ia dirigido). Por outro lado, o padre e Cura Primeiro da Missão da Puríssima Conceição, D. José Mariano Martinez de Velazco, fora um brilhante discípulo do arcebispo¹¹.

Ribera sabia a quem escolhia para essa importante tarefa. O padre Martinez Velazco havia vivido por longo tempo ao lado do Arcebispo de la Plata e era um seguidor convicto e apaixonado das idéias de Jacques Bossuet - um dos mais importantes teóricos católicos do absolutismo - e de Santo Agostinho para quem o rei era um "semi-deus" na terra¹². Por sua parte, o arcebispo José Custódio de San Alberto celebrou na Catedral Metropolitana de La Plata, as exequias pela alma de Carlos III - falecido em 1789 - e predicou nessa oportunidade a oração fúnebre, com o fervor de um súbdito leal à monarquia absoluta espanhola e de um homem de profunda fé católica. Foi autor de várias obras que refletem seu trabalho evangélico ao longo de vinte e cinco anos na América e em especial na Bolívia, sendo a mais importante dessas obras o Catecismo Real onde expôs a doutrina do poder absoluto dos reis derivados de sua potestade divina¹³.

Acreditando na necessidade de educar a juventude nos princípios do absolutismo, San Alberto defendia a idéia da implantação do seu Catecismo Real como livro de texto nas escolas e nos seminários, porque "destes princípios depende a fidelidade, a lealdade e respeito que todos devemos ao nosso rei, a exata observância de suas leis, da tranqüilidade e bom ordem do Estado, e de todas aquelas máximas que conduzem a formar um cristão cabal, um vassalo útil ao seu Rei e um membro digno da Religião e da Sociedade"¹⁴.

Se acompanharmos a cartilha anexa, observaremos através de suas trinta e seis perguntas e respostas, a fidelidade do seu autor - o padre

(10) AHN, Madri, LEGAJO 4439 - ESTADO (ms.).

(11) AHN, Madri. LEGAJO 4439 - ESTADO (ms.).

(12) AHN, Madri. LEGAJO 4439 - ESTADO (ms.).

(13) PIÑAL, Francisco Aguilar. "La Oración Fúnebre del Arzobispo de La Plata en las Honras de Carlos III. Cuadernos Hispanoamericanos, Los Complementarios 2, diciembre 1988, Madri, JCI, p. 237.

(14) Ibid, p. 238.

Martinez de Velazco - às idéias do abade Jacques Bossuet, que, por outro lado, também inspiraram profundamente o Catecismo Real do padre San Alberto e de tantas outras obras destinadas à educação dos jovens que circularam ainda no final do século XVIII. O abade Jacques Bossuet, cujas idéias atingiram seu auge no final do século XVII, pode ser considerado como um dos mais representativos teóricos do absolutismo monárquico e um apologista da ortodoxia católica¹⁵.

Os princípios do absolutismo monárquico, por ele defendidos, eram transmitidos às crianças nas primeiras lições da cartilha. Reconhecendo a “autoridade sagrada do rei porque ela emana de Deus” e sendo o seu “poder tão absoluto que não reconhece poder temporal na terra”¹⁶ porque “Deus faz ungir os Reis por seus profetas como fez ungir aos sacerdotes em seus Altares”¹⁷, decorre que o trono real era o “trono do próprio Deus na Terra”¹⁸. Além disso, sendo a autoridade do rei sagrada, o desrespeito a ela devia ser considerado “digno de morte”¹⁹. Era a “lei viva e a fonte de justiça e seus súditos lhe deviam obediência” da mesma forma que em decorrência de sua autoridade sagrada e de sua suprema potestade, todos aqueles que representavam o rei e que eram por ele indicados, deviam ser obedecidos e respeitados por seus vassallos por serem enviados para “fazer cumprir sua autoridade sagrada e incontestável”²⁰.

Desta forma, tomava corpo um instrumento do poder absoluto segundo o qual os vassallos do extenso império espanhol, tinham deveres de “amor, respeito e obediência para com seu rei e seus representantes”, acatando suas decisões ainda que fossem injustas e fazendo desse respeito “uma espécie de religião”²¹.

O documento que apresentamos é a expressão pedagógica de um programa político do governo espanhol. As Reformas Bourbônicas constituíram uma expressão muito significativa do despotismo esclarecido espanhol que representava não só o reflexo das idéias que o “iluminismo” espalhou pela Europa desde o século XVII e que adquiriram no século XVIII sua máxima expressão, bem como das condições de vida peninsular e na Amé-

(15) FORTES, Luiz R. Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos*, S. P., Brasiliense, 1993, p. 18/19.

(16) Cartilha fácil, breve..., AHN, LEGAJO 4439 - ESTADO. Respostas 4 a 6.

(17) Ibid. Resposta 19.

(18) Ibid. Resposta 19.

(19) Ibid. Resposta 22.

(20) Ibid. Resposta 31.

(21) Ibid. Resposta 36.

rica - em cuja solução estavam empenhados os assessores de Carlos III - mas também, a submissão da Igreja nacional como instrumento do poder real.

Efetivamente, o último rei da dinastia dos Habsburgos, Carlos II “el Hechizado”, morreu sem deixar herdeiros. Em 1701, com a ascensão ao trono de Felipe V (Felipe de Anjou, neto de Luis XIV da França), ao qual seguiram Fernando VI e Carlos III, se iniciou a dinastia dos Bourbons, até hoje na Espanha. A chegada do rei Bourbon ao trono da Espanha e de seus conselheiros franceses abriu as portas da Espanha às influências de Versalles. Com elas entraram, também, as novas idéias que vinham renovando o pensamento europeu e que na Espanha receberam o nome castelhano de “regalismo” de onde mais tarde derivou em “despotismo esclarecido”.

A nova dinastia introduziu mudanças relevantes na política da Coroa Espanhola em relação ao país e a suas possessões americanas. Neste sentido os objetivos do despotismo esclarecido tendiam a favorecer às classes mais prejudicadas e injustiçadas do Antigo Regime. Buscavam o enriquecimento do povo por meio da difusão das artes e indústrias práticas, a educação sistemática das massas e a substituição da servidão religiosa pelo racionalismo que impõe o iluminismo francês.

O século anterior tinha deixado uma herança de importantes invenções fazendo do século XVII o século da renovação intelectual, social e tecnológica, do otimismo e, sobretudo, da confiança no homem. Pensadores e filósofos partilhavam essa confiança na capacidade do homem de transformar a sociedade para a felicidade de todos. Voltaire, Montesquieu, Hume, Quesnay, Beccaria, entre outros, divulgavam suas idéias sobre como governar as nações e como enriquecê-las por meio de normas racionais cuja finalidade seria a felicidade do homem. Daí derivava a necessidade de combater o obscurantismo que impedia a assimilação destes princípios e aos quais se opunha. Desta forma, a Igreja Católica aparecia como esse obstáculo para todos os avanços materiais e como a inimiga das “lucres”.

O convencimento de que tudo devia ser mudado, fez desse século um século de reformas. Toda resistência era atribuída ao povo inculto e supersticioso e a “ignorância obscurantista” era considerada contra os direitos da razão natural e das “lucres” do século. Por isso, quando os povos se resistiam a aceitar inovações contrárias aos costumes, a suas tradições e aos seus sentimentos mais profundos, estas lhes eram impostas pela força ou pela persuasão, que também é uma forma de violência. A isto se chamou “despotismo esclarecido”. E, mesmo que esses princípios levassem à concepção

teórica do republicanismo como regime ideal para o governo de uma nação, ou em todo caso, de uma monarquia parlamentarista, a filosofia do século XVIII transigiu com os monarcas absolutos, desde que eles colocassem seu poder ao serviço das “lucres”.

Tal era a ideologia que haveria de se impôr nos altos círculos espanhóis sob o reinado de Carlos III. Inicialmente, a política do rei Bourbon dava a impressão de grande inovação e ressurgimento que pode ser atribuído, em grande parte, à prosperidade que o reino gozou sob o reinado de seu antecessor, Fernando VI.

Todavia, foi no reinado de Carlos III que ocorreu um acontecimento complexo e polêmico: a expulsão dos jesuítas. Não é objeto precípua deste trabalho entrar mais uma vez num assunto que tem sido abordado freqüentemente pelos estudiosos, porém, devemos destacar que em relação ao território americano, a expulsão dos padres da Companhia de Jesús, significou um rude golpe para as missões, provocando sua desagregação. A administração das missões foi deixada em mãos de administradores leigos ou de padres com pouca experiência missional, que em pouco tempo provocariam a dispersão dos indígenas e deixariam as fronteiras indefesas.

É sabido que a expulsão dos jesuítas facilitou a expansão portuguesa ao longo de toda a fronteira que avançou não só no Rio Grande do Sul, mas também pelo norte, nas províncias de Moxos e Chiquitos, cumprindo desta forma, novas etapas em seu caminho ao Perú. Com a fundação do forte Príncipe da Beira, no Mato Grosso, estariam quase dentro de Moxos e Chiquitos.

Por outro lado, com a expulsão dos Jesuítas o governo espanhol conseguiu importantes vitórias afastando-os de um dos setores mais eficientes: o ensino médio e superior. Além disso, concedendo ao rei o Patronato sobre a Igreja nacional, os bispos passaram a ser artífices de seus planos e, finalmente, o exequator regio paralizava qualquer disposição da Santa Sé que o rei considerasse lesiva aos seus interesses. Tudo isto deu à coroa um grande poder.

Todavia, a influência do iluminismo não teve na Espanha as mesmas manifestações que as do pensamento francês, inglês e alemão. O “iluminismo” espanhol teve um espírito reformista e nacionalista, porém não foi nem revolucionário nem contra a religião católica. A nação manteve seu caráter essencialmente católico e cristão. Daí que não devem surpreender as repetidas referências feitas ao abade Jacques Bossuet, que foi o máximo

representante da ortodoxia católica, num documento destinado a fortalecer o sentimento de submissão ao poder real entre os “remotos vassalos do rei da Espanha” e instruí-los nas suas obrigações com o rei e seus representantes.

Quanto ao padre Martinez de Velazco que elaborou a cartilha destinada aos indígenas do “pueblo” da Puríssima Conceição bem como Lázaro de Ribera, o governador que a solicitou, são exemplos de suditos leais à monarquia de Carlos III que pretenderam levar aos seus vassalos da América, os princípios muito menos religiosos e cristãos, do que políticos do seu governo absolutista.

Cartilla facil breve y compendiosa para que por método de Doctrina sirva para la instrucción de la juventud, afin de que por ella reconozcan la potestad de Nuestro Católico Monarca de donde se deriva su autoridad Real, y la obediencia que debemos tributarle: principiada a trabajar de orden del Señor Governador de esta Provincia Don Lázaro de Ribera, por José Mariano Martinez de Velazco cura del Pueblo de la Purísima Concepción quien la seguirá por sus partes correspondientes.

Pregunta 1. Quién sois vos?

Respuesta 1. Soy un leal vasallo del Rey de España.

Pregunta 2. Quién es el Rey de España?

Respuesta 2. Es un señor tan absoluto que no reconoce superioridad temporal en la tierra.

Pregunta 3. Cómo se llama?

Respuesta 3. El Señor Don Carlos III.

Pregunta 4. Y de dónde se deriva su potestad Real?

Respuesta 4. Del mismo Dios.

Pregunta 5. Es sagrada su persona?

Respuesta 5. Si padre.

Pregunta 6. Porqué es sagrada?

Respuesta 6. Por el cargo que obtiene.

Pregunta 7. Qué representa la Persona del Rey?

Respuesta 7. La de la Majestad Divina.

Pregunta 8. Porqué representa la Majestad Divina?

Respuesta 8. Porque es diputado por su providencia para la ejecución de sus designios.

Pregunta 9. El título de Cristo le es dado al Rey?

Respuesta 9. Si, padre. como se ve en las Divinas Escrituras.

Pregunta 10. Quiénes lo veneran bajo este nombre?

Respuesta 10. Los mismos profetas quienes lo reverencian y consideran como asociado del Soberano imperio de Dios cuya autoridad ejerce.

Pregunta 11. Quáles son los caracteres de la autoridad Real?

Respuesta 11. Son cuatro.

Pregunta 12. Cuáles son?

Respuesta 12. El primero ser sagrada la autoridad Real.

El segundo ser Paternal.

El tercero ser absoluto.

El cuarto estar sujeto a la razón.

Pregunta 13. El Rey es Ministro de Dios para el bien?

Respuesta 13. Si Padre.

Pregunta 14. Y si obramos mal qué debemos hacer?

Respuesta 14. Debemos temblar porque no en vano empuña la Espada y es Ministro de Dios vengador de las malas acciones.

Pregunta 15. El Rey obra como Ministro de Dios y su lugarteniente?

Respuesta 15. Si, Padre.

Pregunta 16. Porqué?

Respuesta 16. Porque por meio de él ejerce su imperio.

Pregunta 17. Qué pecado es cometer atentados contra la persona del Rey?

Respuesta 17. Es sacrilegio.

Pregunta 18. Porqué es sacrilegio?

Respuesta 18. Porque Dios hace ungir a los Reyes por sus Profetas con unción sagrada así como hace ungir a los sacerdotes y consagrar sus Altares.

Pregunta 19. Conviene respetar al Rey?

Respuesta 19. Si, Padre.

Pregunta 20. Cómo se ha de respetar?

Respuesta 20. Como a cosa sagrada.

Pregunta 21. Yel que así no lo hace qué merece?

Respuesta 21. Es digno de muerte.

Pregunta 22. Qué debemos pedir a Dios?

Respuesta 22. Que jamás nos suceda poner ni mover la mano contra nuestro Rey el ungido del Señor.

Pregunta 23. Pues que tan sagrada es la persona del rey?

Respuesta 23. Si, Padre, pues así nos lo testifica David.

Pregunta 24. Qué le sucedió a este Rey?

Respuesta 24. Que se horrorizó su corazón por haberle cortado el extremo del manto Real a Saúl.

Pregunta 25. Quién más nos da ejemplo del amor, veneración y respeto que debemos tener a nuestro Rey?

Respuesta 25. Después de tantos testimonios que tenemos en la Escrituras: el Apóstol San Pablo.

Pregunta 26. Qué nos dice este Padre?

Respuesta 26. Que es necesario le estemos sujetos no solo por temor de su ira, sino también por la obligación de nuestra conciencia.

Pregunta 27. Qué más nos enseña?

Respuesta 27. Que debemos servirle no solo a la vista como para agradar a los hombres, sino también con buena voluntad con temor, respeto y sinceridad de corazón como a Jesús Cristo.

Pregunta 28. Quién más nos autoriza esta doctrina?

Respuesta 28. El apóstol San Pedro.

Pregunta 29. Qué nos dice?

Respuesta 29. Que estemos sujetos al Rey como que tiene la potestad Suprema.

Pregunta 30. A quiénes otros debemos tener subordinación?

Respuesta 30. A todos aquellos a quiénes el comete su autoridad como que son enviados suyos para la aprobación de las buenas operaciones y castigos de las malas.

Pregunta 31. Y aún cuando no satisfacen a esta su obligación conviene respetar en ellos su cargo y Ministerio?

Respuesta 31. Si, Padre, debemos obedecer no solo a los buenos y moderados sino también a los fastidiosos, molestos e injustos.

Pregunta 32. Hay alguna cosa de religioso en la reverencia que se tributa al Rey?

Respuesta 32. Si, Padre.

Pregunta 33. Cuáles son?

Respuesta 33. El Servicio de Dios y la reverencia para con los Reyes.

Pregunta 34. Qué más nos enseña este Padre?

Respuesta 34. Que temamos a Dios y honremos al rey.

Pregunta 35.Cuál es el espíritu del cristianismo?

Respuesta 35. Es hacer que se respete al Rey como una especie de religión.

Pregunta 36. Qué significa esta segunda Majestad?

Respuesta 36. No es otra cosa que una derivación, o emanación de la primera, esto es, de la Divina que por el bien de la cosas humanas ha querido hacer centellar alguna parte de su esplendor en los Reyes.

Doctor José Mariano Martínez de Velazco
Moxos, 1788.

A PRÁTICA ARQUIVÍSTICA E O IMPULSO DA HISTORIOGRAFIA

Ieda Pimenta BERNARDES*

“A transformação da arquivística é o ponto de partida e a condição de uma nova história.”

Michel de Certeau

Numa palestra na UNICAMP, em 1991, a especialista espanhola em Arquivologia Vicenta Cortés Alonso advertia que os arquivistas precisavam superar uma certa inclinação por escrever pouco, em decorrência de um ideal de perfeição suprema. Essa inclinação pode, de fato, ser comprovada quando buscamos uma bibliografia sobre a história da Arquivologia no Brasil. Apenas alguns artigos, de circulação restrita, intentaram recuperar fatos ou aspectos significativos dessa trajetória que, de um ponto de vista científico, não tem mais do que 25 anos.

Daí a necessidade, quase didática, de se reconstituir esse percurso ainda que apenas sistematizando dados ou recuperando informações consideradas relevantes no processo. Esse trabalho, portanto, apresenta-se como um roteiro sucinto das realizações mais marcantes na área da arquivologia e algumas de suas repercussões no campo da pesquisa histórica, desenvolvida especialmente em São Paulo.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é considerado um marco na história da historiografia brasileira. No artigo 1º dos seus Estatutos, ficou definido que o objetivo principal do Instituto era “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos

(*) Doutoranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Chefe da Seção Técnica de Estudos e Pesquisas do Arquivo Histórico do Município de São Paulo.

necessários à história ou geografia do Império do Brasil”¹. Pelas intenções que deveriam orientar suas atividades recolher, organizar e divulgar documentos - pode-se dizer que o Instituto foi pioneiro, não apenas da pesquisa histórica, como também do trabalho arquivístico no país, quando não se cogitava, ainda, dos princípios e métodos da arquivística moderna. Desde a segunda metade do século XIX, o “respeito aos fundos” já era considerado o princípio fundamental da Arquivística². No Brasil, entretanto, essa orientação teórica tem se incorporado muito lentamente ao tratamento das fontes.

Os historiadores brasileiros, no século passado, estiveram muito comprometidos com as questões arquivísticas, não apenas porque o exercício de seu ofício demandava a localização, recolhimento (ou cópia) e organização da massa documental, mas também porque acreditavam que somente uma história amplamente documentada poderia conquistar seu próprio território, peculiar e inconfundível, entre as demais Ciências. A uma necessidade empírica somou-se uma convicção teórica. Inspirados na máxima positivista “pas de document, pas d’histoire”, os sócios do Instituto trataram de realizar excursões científicas em vários países europeus, estabelecer contatos com instituições estrangeiras diversas e incentivar a organização dos Institutos Históricos Estaduais, a fim de identificar os documentos depositados em cartórios e arquivos locais, assim como, em mãos de particulares.³

Não por acaso, o Arquivo Nacional passou a funcionar também em 1838, apesar de ter sido criado pela Constituição de 1824. O programa editorial do Arquivo Nacional, contudo, foi iniciado pelo diretor Joaquim Pires Machado Portela, em maio de 1886, com a publicação do **Catálogo das cartas regias, provisões, alvarás, portarias etc. de 1662 a 1821**. As publicações iniciais integram a série **Publicações do Archivo Publico do Imperio**, denominada, sucessivamente, **Publicações do Archivo Publico Nacional**, **Publicações do Archivo Nacional** e **Publicações Históricas**.⁴

(1) Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1(1), 1º trim., 1839.

(2) Cf. Michel DUCHEIN - O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. R. J., v. 10-14, nº 1, abril 1982/ago. 1986, p. 14. O princípio do “respect des fonds” consiste, basicamente, em se agrupar documentos de uma mesma origem (instituição ou pessoa), sem que se misturem aos de origem diversa.

(3) Para um histórico pormenorizado da atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos Estaduais, consultar José Honório RODRIGUES - **A pesquisa histórica no Brasil**, 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1982 (Brasiliana, Grande Formato, v. 20), segunda parte.

(4) O levantamento sistemático das publicações do Arquivo Nacional consta do catálogo **Publicações do Arquivo Nacional (1886-1990)**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1991 (Instrumentos de Trabalho, 17).

Em São Paulo, o Arquivo do Estado nasceu como Arquivo Público por lei provincial de 1842. No entanto, somente 50 anos depois, em 1892, é que foi criada a **Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado**, subordinada à Secretaria do Interior.⁵

Não obstante a existência oficial dessas instituições, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que forneceu a contribuição mais significativa à pesquisa histórica durante o século XIX. Note-se, por exemplo, a monumental **História Geral do Brasil** (1854), produto das exaustivas pesquisas que Varnhagen desenvolveu como correspondente do Instituto, em inúmeros arquivos da Espanha, Portugal, França e Holanda. Isso sem mencionar, as mais diversas pesquisas empreendidas pelos demais colaboradores que tinham à disposição um veículo eficiente de divulgação, a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

Um conjunto de iniciativas oficiais, no final do século, desencadeou, em São Paulo, um processo inusitado de divulgação de fontes históricas que teve repercussões decisivas na historiografia paulista. Nesse sentido, a análise das contribuições dos Arquivos Públicos de São Paulo à renovação dos estudos históricos tangencia, necessariamente, suas realizações no setor de edição de fontes.

Com a impressão de um documento denominado **A Bernarda de Francisco Inácio**, em 1894, Antonio de Toledo Piza, Diretor da **Repartição de Estatística e Arquivo do Estado**, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado no mesmo ano, deu início à primeira publicação sistemática e ordenada de fontes no Brasil, os **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Essa publicação, composta em grande parte por correspondências e ofícios dos Governadores e Capitães-Generais da Capitania de São Paulo, prosseguiu, ininterruptamente, até 1903, totalizando 43 volumes⁶. Esse foi, segundo

(5) Criada pelo Decreto nº 30, de 10 de março de 1892. O Decreto nº 124, de 11 de novembro do mesmo ano, regulamentou suas atividades. Em seu artigo 1º definiu como fim da Repartição: "Incumbir-se de todos os trabalhos estatísticos que possam aproveitar ao exato conhecimento das condições físicas, econômicas, industriais, comerciais, políticas, administrativas, morais e intelectuais do Estado de S. Paulo; e da guarda de documentos e papéis, oficiais ou não, que interessam, sob qualquer ponto de vista, à história de S. Paulo, em especial, e do Brasil, em geral, dando-lhes a máxima publicidade". Para um histórico pormenorizado do Arquivo do Estado, consultar Antonio Barreto do AMARAL - **O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história**. São Paulo, Secretaria da Cultura/Arquivo do Estado, 1974.

(6) A publicação foi retomada somente em 1915 e, com certa regularidade, atingiu um total de 95 volumes, o mais recente de 1990. Essa série aparece, do volume 1 ao 54, com o título **Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**.

o historiador Antonio Barreto do Amaral, o **ciclo áureo** das publicações do Arquivo do Estado.⁷

A atuação de Toledo Piza incentivou a pesquisa e sensibilizou, em alguma medida, as autoridades paulistas para a importância de se recolher e divulgar os documentos de valor histórico. Exemplos disso é que foram impressos nas oficinas do **Diário Oficial** os volumes da **Chronologia Paulista**, de José Jacintho Ribeiro⁸ e, a seguir, o governo mandou remover para o Arquivo Público do Estado, todos os papéis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães de notas, anteriores ao século XIX⁹. Entre os historiadores, seu trabalho transformou-se em referência básica para novos empreendimentos na área. É o que se verifica numa carta de Capistrano de Abreu para Afonso d'Escagnolle Taunay:

"Piza imprimiu muita coisa mas morreu e depois dêle quase nada mais se tem feito. Bem poderia você estimular os seus amigos do Govêrno a impulsionar tão útil série. S. Paulo precisa mexer-se! Há tanta coisa a fazer! Pena foi que Piza tivesse quase sempre muito poucos recursos, pois sabia trabalhar deveras. Deixou excelente base com os seus 40 [?] volumes de **Documentos Interessantes**".¹⁰

Por outro lado, o Arquivo Municipal, no início desse século, era apenas mais um arquivo geral responsável pela guarda de documentos de todas as épocas, relativos à Cidade de São Paulo, sem a distinção, comum hoje em dia, entre documentos históricos, ou de valor permanente, e documentos correntes, de valor administrativo¹¹. A primeira iniciativa do poder municipal para a publicação de documentos do Arquivo remonta ao ano de 1895. Outras tentativas foram empreendidas em 1898 e 1902 mas, somente em 1904, teve início o trabalho de transcrição paleográfica das **Atas**

(7) O levantamento sistemático das publicações do Arquivo do Estado, de 1894 a 1980, consta do **Catálogo das publicações do Arquivo do Estado**. São Paulo: Secretaria da Cultura/Edições Arquivo do Estado, 1984.

(8) José Jacinto RIBEIRO - **Chronologia Paulista** - relação histórica dos factos mais importantes ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza a São Vicente até 1898. São Paulo, Diário Oficial, 1899-1901, 2 v. em 3. A impressão da obra foi autorizada pela Lei nº 594, de 5 de setembro de 1898.

(9) Lei nº 666, de 6 de setembro de 1899.

(10) Carta de Capistrano a Taunay, de março de 1917. In: José Honório RODRIGUES (org.) - **Correspondência de Capistrano de Abreu**, vol. I. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 280, 281.

(11) Cf. Eduardo J. M. do NASCIMENTO - O Arquivo Histórico Municipal "Washington Luís". **Revista do Arquivo Municipal**, nº 191, ano 41, 1978, p. 14.

da **Câmara de Santo André da Borda do Campo** (1555-1558) e de **São Paulo** (1562-1826), com a contratação de Francisco de Escobar, trabalho este que perdurou até por volta de 1910.

Entretanto, somente em 1914, no governo Washington Luís, a publicação foi iniciada, com a contratação do paleógrafo Manuel Alves de Souza. A partir de 1917, o prefeito autorizou a publicação de uma nova série documental, o **Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo**. Ao todo, foram publicados 82 volumes de Atas (1555-1826) e 38 volumes de Registro Geral (1583-1863).

Esse trabalho de edição de fontes prosseguiu na **Revista do Arquivo Municipal** desde seu lançamento, em 1934, até por volta de 1957, quando a publicação de documentos históricos foi interrompida. Nela foram publicadas longas sequências de **Ordens Régias**, de 1700 a 1757, documentos diversos encadernados na **Coleção Papéis Avulsos**, de 1714 a 1825, e **Atos Oficiais**.

Em seu primeiro volume, de junho de 1934, a **Revista** definiu seu programa editorial, apresentando seu objetivo como sendo o de "vulgarizar, ao lado de trabalhos de bons autores, numerosos documentos antigos relativos aos paulistas - e quase todos inéditos, tornando-se, assim, em realidade, uma velha aspiração da Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura". E, no volume XII, em maio de 1935, quando comemorava um ano de existência, a **Revista** foi mais incisiva, afirmando ter cumprido a risca o seu objetivo, qual seja, a "publicação de antigos livros e antigos documentos avulsos no arquivo da Prefeitura".

Em 1937, a Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da Cidade iniciou a publicação de nova série documental, as **Cartas de Datas de Terra**, que totalizam 20 volumes.¹²

Ao assumir o governo estadual, Washington Luís desencadeou o segundo surto de publicações no Arquivo do Estado com a impressão, a partir de 1920, dos autos de **Inventários e Testamentos**¹³, reunindo documentos cartoriais de 1578 a 1750. Também esse trabalho de transcrição e impressão, ficou por conta de Manuel Alves de Souza e, em 1921, 27

(12) Publicação da Sub-Divisão de Documentação Histórica da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura. A série reuniu, em 20 volumes, publicados de 1937 a 1940, documentos de 1555 a 1863.

(13) Essa série apresenta, do volume 1 ao 29, o subtítulo "papéis que pertencem ao 1º Cartório de Órfãos da Capital". A publicação foi retomada em 1937 e prosseguiu em intervalos irregulares, alcançando um total de 45 volumes, o mais recente de 1994.

volumes haviam sido publicados. Por determinação do Presidente do Estado, no mesmo ano, o Arquivo publicou 2 volumes de *Sesmarias*¹⁴, e, em 1923, teve início a publicação dos **Documentos Avulsos de interesse para a História e Costumes de São Paulo**, com predominância de documentos da Igreja e dos Capitães-Generais do período colonial.¹⁵

De fato, a edição de fontes sempre foi uma atividade clássica do arquivista, especialmente a partir do século dezenove, marcadamente influenciado pelo movimento romântico e pelo nacionalismo exacerbado. A construção das nacionalidades pressupunha esse trabalho de recuperação das origens. Daí a relevância das instituições arquivísticas e das monumentais edições de fontes realizadas pelos países europeus, apresentando introdução erudita, crítica textual e notas explicativas.¹⁶

Embora mais modestas, as nossas edições de documentos históricos foram vitais no processo de construção do conceito de nação, estreitamente vinculado ao de independência. As comemorações do centenário da independência (1922), para além das cerimônias oficiais próprias às efemérides, fomentou os trabalhos de localização e publicação de documentos que lançaram novas luzes e estimularam as pesquisas sobre esse episódio de nossa história. Além do mais, o retorno às origens ensejou os estudos sobre a expansão geográfica do Brasil e a construção do mito bandeirista.

Por outro lado, ainda não dispúnhamos de metodologia arquivística capaz de orientar as atividades técnicas de organização documental. Mesmo quando preocupados em tornar acessíveis os acervos, como ocorreu no Arquivo Municipal nos anos 20 e 30, os arquivistas eram induzidos a equívocos muitas vezes irreparáveis por se utilizarem de métodos próprios à biblioteconomia dispendendo enormes esforços para dispor em ordem cronológica, “coleccionar” e “catalogar” os documentos de Arquivo. Essa organização documental, historicamente situada, contribuiu decisivamente para a conservação e o controle dos acervos, mas não foi capaz de recuperar os documentos nos seus contextos de produção, nas relações orgânicas que mantêm entre si, no exercício das funções pelas quais foram gerados, tal como preconiza a moderna arquivística.

(14) Os dois números iniciais reúnem documentos de 1602-1642 e 1639-1728. A publicação da série foi retomada em 1937. Com intervalos e numeração irregulares foram publicados 6 volumes, o último em 1944.

(15) Ao todo foram publicados 6 volumes, no período 1923/1955, reunindo documentos de 1693/1822.

(16) Cf. Rolf NAGEL - A contribuição dos arquivos à pesquisa e o estímulo à produção intelectual. *Arquivo Rio Claro*, S. P., v. 8, nº 1, jan. 1989, p. 19.

De qualquer forma, está ainda por ser feita uma reflexão mais ampla sobre o significado histórico e o impacto historiográfico causado pela publicação dos documentos dos arquivos públicos paulistas, principalmente a partir de 1914. Ao fazer um balanço do pensamento histórico no Brasil durante a primeira metade de nosso século, afirmou Sérgio Buarque de Holanda que a divulgação desses documentos foi capaz de “abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica e não apenas política, bélica e genealógica” como se produzira até então. A publicação das séries documentais dos Arquivos Municipal e Estadual, por iniciativa de Washington Luís - “ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas” - representou o impulso mais decisivo, nesse sentido:

“À impressão desses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os **Inventários e Testamentos** não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sobre a **Vida e Morte do Bandeirante**, publicado em 1930. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso d’E. Taunay sobre São Paulo no século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. O acesso mais fácil a esses documentos permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luís, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Junior, Américo de Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant’Ana e muito especialmente Afonso d Taunay, cuja opulenta **História Geral das Bandeiras Paulistas** começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes”¹⁷

De fato, a potencialidade informativa das **Atas** e do **Registro Geral** da Câmara Municipal de São Paulo atraiu a atenção de Afonso de Taunay que passou a utilizá-las como fontes básicas em suas extensas pesquisas sobre a história da Cidade. O historiador tinha consciência do ineditismo de seu empreendimento no contexto da historiografia brasileira:

“Não houve, com efeito, nas nossas letras históricas, quem empreendesse uma reconstituição, no gênero da que procuramos

(17) Sérgio Buarque de HOLANDA - O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951.

realizar: ressuscitando grande cópia de fatos inteiramente inéditos".¹⁸

Taunay sabia que a revisão ou ampliação do conhecimento de muitos temas dependia da incorporação de novos conjuntos documentais aos estudos históricos. Dedicou-se, pois, a um trabalho de base empenhando-se, compulsivamente, no levantamento, crítica e divulgação das fontes, assim como, nas reedições de obras raras sobre o Brasil Colonial, dentre as quais as de Frei Gaspar da Madre de Deus, André João Antonil e Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Uma de suas realizações mais significativas, nesse sentido, foi a cópia dos documentos relativos à história de São Paulo que se encontravam no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, os quais foram publicados nos tomos I, II, e V dos **Anais do Museu Paulista**¹⁹. Como diretor do Museu, iniciou, em 1922, a publicação dos **Anais**, direcionados, exclusivamente, à História e que se transformaram em canal de divulgação de suas extensas pesquisas sobre São Paulo.

Os documentos históricos impressos desencadearam um movimento historiográfico sem precedentes. Deles se utilizou Alfredo Ellis Júnior para compor sua obra **Raça de Gigantes**, publicado em 1926. Com **Vida e Morte do Bandeirante**, editado em 1929, Alcântara Machado iniciou o estudo da história social do Brasil, antecipando-se a Gilberto Freyre, ao demonstrar a "importância da influência cultural na formação e no desenvolvimento do bandeirismo"²⁰. Preocupações de natureza diversa das predominantes na historiografia do século XIX, anunciavam uma nova orientação à pesquisa histórica:

"Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam.

(18) Affonso d'Escragnoille TAUNAY - Duas Palavras. **São Paulo nos Primeiros Anos (1554-1601). Ensaio de Reconstituição Social**. Tours, Imprensa de E. Arrault et Cie, 1920, p. VIII.

(19) Esses volumes foram impressos, respectivamente, em 1922, 1925 e 1931.

(20) Cf. Sérgio MILLIET em Introdução ao livro de Alcântara MACHADO **Vida e Morte do Bandeirante**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, (Reconquista do Brasil; nova série; v. 8).

O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história. Como poderemos atingi-lo se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as idéias e os sentimentos das multidões?"²¹.

Esse questionamento da "história oficial", empenhada na valorização de heróis e comprometida com os interesses das classes dominantes, levou a uma preocupação crescente com a História Social. Os deslocamentos temáticos para a escravidão, o preconceito, os movimentos sociais, os marginalizados, foram acompanhados da incorporação de novas fontes aos estudos históricos como, por exemplo, os papéis antigos de família, os anúncios de jornais, os inventários e testamentos, que contribuíram na reconstituição do cotidiano social e na apreensão do imaginário coletivo.

Na década de 30, os arroubos estéticos e intelectuais que marcaram a atuação da elite ilustrada dos anos 20, acabaram orientando a execução de projetos de grande alcance cultural e político: a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo, a publicação da **Revista do Arquivo Municipal** e a criação do Departamento de Cultura e de Recreação.

Com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, o Departamento de História passou a atuar num espaço antes ocupado pelo Instituto Histórico. Seria razoável supor que o Instituto, por suas próprias origens profundamente comprometido com a preservação do patrimônio documental e a pesquisa empírica, se firmaria como o aliado preferencial dos novos historiadores profissionais. No entanto, o que se verificou foi um distanciamento entre as duas instituições ainda que as contribuições do Instituto Histórico na elaboração de instrumentos de trabalho alavancassem as pesquisas acadêmicas.

Houve, por vezes, uma inclinação para se associar a origem **oficial** dos documentos produzidos pelas administrações públicas com certa orientação **positivista**, predominante na investigação histórica do século passado. Esse equívoco, decorrente de um suposto condicionamento entre a proveniência das fontes e a tendência político-ideológica do trabalho historiográfico, foi responsável por sérios prejuízos tanto ao trabalho arquivístico quanto à pesquisa histórica.

(21) Alcântara MACHADO - op. cit., p. 29.

No que se refere à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é lícito afirmar que ela não promoveu, de imediato, uma renovação nos estudos históricos. Será por volta dos anos 50 que despontarão as produções acadêmicas mais expressivas. Embora possuindo diferenças teóricas, temáticas e de estilos, elas se assemelham na tentativa de libertar-se tanto da perspectiva mitológica e bandeirista dos Institutos Históricos quanto de uma orientação puramente factualista, oferecida pelo positivismo científico²². Também de 1934, como se sabe, é a criação da **Revista do Arquivo Municipal**, que se constituiu num importante veículo de divulgação das pesquisas desenvolvidas na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo, especialmente nos campos da história, sociologia e etnografia.

Como desdobramento do projeto político-cultural adotado pelo interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira, o prefeito Fábio Prado criou, em 1935, o Departamento de Cultura e de Recreação²³, cuja direção coube a Mário de Andrade. Como Diretor do Departamento e Chefe da Divisão de Expansão Cultural, Mário pôs em prática um projeto inovador que, em linhas gerais, pretendia preservar o patrimônio histórico e democratizar a cultura. Assim, surgiram as Bibliotecas Circulantes, a Discoteca Municipal, os Parques Infantis, a “Sociedade de Etnografia e Folclore”; popularizaram-se os espetáculos do Teatro Municipal e organizou-se o 1º Congresso de Língua Nacional Cantada; promoveram-se as pesquisas sociológicas, voltadas sobretudo para o padrão de vida da classe operária e a assistência social no Município; realizaram-se os concursos históricos com o objetivo de incentivar a pesquisa e divulgar os documentos de “valor histórico”, custodiados pela Divisão de Documentação Histórica e Social, que daria origem ao atual Arquivo Histórico Municipal.²⁴

Diante dessas realizações, o próprio Mário de Andrade observou, em 1937: “São Paulo entrou ultimamente numa corrida que.

(22) Cf. Carlos Guilherme MOTA - **Ideologia da Cultura Brasileira** (1933-1974); pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo, Ática, 1977 (Ensaio, 30), p. 24-34.

(23) O Ato nº 768, de 10 de janeiro de 1935, criou o Departamento de Cultura e o Ato nº 861, de 30 de maio, o regulamentou, definindo o alcance da intervenção municipal no circuito das manifestações e realizações culturais.

(24) Os expedientes administrativos (processos), produzidos pelo Departamento de Cultura durante a gestão Mário de Andrade (1935-1938) estão sendo rastreados no Arquivo Geral de Processos da Secretaria Municipal da Administração e recolhidos ao Arquivo Histórico Municipal, onde se encontram à disposição do público. Esses documentos podem nos revelar aspectos inusitados do projeto cultural gestado nos anos 20 e que orientou a atuação de Mário como administrador público, à frente do Departamento de Cultura, na década de 30.

por felicidade, não é armamentista, é cultural. Agora não pode mais parar..."²⁵.

Com o impulso dos estudos históricos e o incremento da produção acadêmica, os professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo passaram a publicar, a partir de 1950, a **Revista de História**. Logo no seu segundo número, o Diretor, Eurípedes Simões de Paula, endereçou um apelo a todos os professores de História dos estabelecimentos oficiais paulistas para que iniciassem um trabalho de arrolamento das fontes primárias das cidades do interior, especialmente dos arquivos das Câmaras Municipais, até então totalmente desconhecidos. Ainda nessa ocasião, comprometeu-se a divulgar na **Revista** o resultado das pesquisas que lhe fossem enviadas²⁶. De fato, o resultado não foi o esperado pois, até 1962, apenas 11 trabalhos foram publicados.

São considerados marcos fundamentais para a Arquivologia moderna a criação, em 1948, do **Conselho Internacional de Arquivos** (CIA) e a realização, em 1950, em Paris, do **Primeiro Congresso Internacional de Arquivologia**, ocasião em que arquivistas do mundo todo tiveram oportunidade de discutir questões metodológicas e técnicas pertinentes ao seu trabalho²⁷. Esse debate, ao que parece, estava ganhando terreno entre nós pois, em 1952, José Honório Rodrigues lançou **A Pesquisa Histórica no Brasil**²⁸, obra síntese, de referência para o pesquisador, que reúne informações sobre arquivos, bibliotecas, obras e autores, guias e periódicos, do Brasil e do exterior. Nessa ocasião, apresentou a proposta de criação do **Instituto Nacional de Pesquisa Histórica**. Segundo o autor, esse Instituto teria por finalidade essencial "promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história"²⁹. Consta,

(25) Carta de Mário de Andrade a Paulo Duarte, publicada em Paulo DUARTE - **Mário de Andrade por ele mesmo**. Prefácio de Antonio Cândido. Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo-SMC, 1985, p. 153.

(26) Cf. **Revista de História**, vol. I, nº 2, abril-junho de 1950, p. 259-261.

(27) Um balanço sumário dos Congressos Internacionais de Arquivologia foi realizado por Heloísa Liberalli BELLOTTO - *A Profissão de Arquivista na era da informação*: Montreal 1992. **Boletim da AAB/SP**, nº 8, maio-ago. 1991.

(28) José Honório RODRIGUES - **A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

(29) Idem - **A Pesquisa Histórica no Brasil**, 4ª ed. rev. e atualizada, acrescida de dois posfácios. São Paulo: Ed. nacional, 1982, p. 239.

ainda, dessa proposta, idéias como a de que a pesquisa deveria ser definida em termos de serviço público, planejada e ordenada, e da criação das carreiras de historiador e pesquisador.

Apesar da grande repercussão, nenhuma medida foi tomada no sentido de viabilizar este projeto. Todavia, começava a se difundir a idéia de que as limitações da pesquisa científica vinculam-se intrinsecamente à problemática maior das instituições arquivísticas que não dispõem de recursos materiais e humanos para resolver questões essenciais como a avaliação, destinação e processamento técnico dos documentos produzidos pelo setor público.³⁰

Nos anos 50, os pesquisadores já reconheciam as interfaces da prática arquivística com a historiografia, abordando o tratamento documental como atividade complementar ao trabalho analítico:

“Não há historiografia amadurecida sem pesquisa, mas também não há pesquisa sem os seus instrumentos de trabalho, porque só eles permitem o amplo conhecimento das fontes e do material bibliográfico. (...)”

Portanto, para que uma historiografia cresça e se torne adulta é indispensável e urgente facilitar a pesquisa, favorecendo o estudioso com os instrumentos, que são especialmente os catálogos, índices e bibliografias”.³¹

Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, o historiador José Honório Rodrigues deu início, a partir de 1958, às séries **Publicações Técnicas e Instrumentos de Trabalho**, a fim de divulgar uma bibliografia especializada em arquivos e orientar o usuário em suas pesquisas. Fato marcante foi a tradução de clássicos da literatura arquivística, até então inacessíveis, como as obras do renomado arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg.

Um movimento de dimensão internacional para localizar e divulgar documentos relevantes sobre a história de São Paulo ocorreu em 1954, por ocasião das comemorações do IV Centenário da fundação da Cidade. Uma realização significativa, nesse sentido, foi a do Instituto

(30) Ao observamos, por exemplo, que o Arquivo Histórico do Município de São Paulo (DPH/Secretaria Municipal de Cultura) não teve ainda condições de recolher do Arquivo Geral de Processos (DAF-4/Secretaria Municipal da Administração) e colocar à disposição do público os documentos produzidos pela administração municipal desde 1912, constatamos o quanto está desfalcada a história de São Paulo no século XX.

(31) José Honório RODRIGUES - **A Pesquisa Histórica no Brasil**, p. 247

Histórico e Geográfico Brasileiro de catalogar os documentos sobre São Paulo existentes no seu Arquivo. Em nota explicativa à edição, dizia José Pedro Leite Cordeiro:

“(…) Inicialmente, portanto, no seu trabalho, o historiador deve determinar onde se encontram as fontes. Delas, o mais vasto manancial existe, em regra, nos arquivos públicos ou particulares, onde é tal, por vêzes, a quantidade de documentos existentes e não catalogados, que o pesquisador, se não desanima logo de início, não os verifica por completo ou leva uma existência a procurá-los e selecioná-los. Urge, pois, que o material existente nos arquivos seja catalogado”.³²

A Biblioteca Nacional também publicou um catálogo com documentos relativos a São Paulo. Naquela ocasião, o diretor da **Divisão de Obras Raras e Publicações**, José Honório Rodrigues, explicou:

“A Biblioteca Nacional, prosseguindo no seu plano de trabalho elaborado desde 1946, de divulgar aos poucos, as riquezas do seu acervo, especialmente manuscrito, apresenta, nesta separata, o Inventário de documentos relativos a São Paulo, cujo IV Centenário se comemora este ano”.³³

Outra iniciativa de envergadura foi a edição de documentos sobre a história de São Paulo existentes em arquivos portugueses, organizada e prefaciada por Jaime Cortesão³⁴. A preocupação do historiador foi a de “reunir uma coleção de documentos que formem um todo orgânico” e “proporcionar aos historiadores ou simples estudiosos da história, textos de confiança”. Nessa mesma oportunidade, organizou a “**Exposição de História de São Paulo no Quadro da História do Brasil**”, dividida em nove seções, apresentando vultosa documentação, em grande parte inédita, desde o século XVI até o período republicano.³⁵

(32) **Catálogo dos documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. S. P.: Comissão do IV Centenário, 1954, 354 p., p. 3.

(33) **Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional (Divisão de Obras Raras e Publicações)/Ministério da Educação e Cultura, 1954.

(34) Jaime CORTESÃO (org.) - **Pauliceae Lusitana Monumenta Historica**. Introdução de Jaime Cortesão, Ed. Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, 2 v. em 3, 528p.

(35) Sobre a organização e repercussão da Exposição, consultar Daise Aparecida OLIVEIRA, Liliane S. L. BARROS e Celina YOSHIMOTO - Jaime Cortesão e o IV Centenário da Cidade de São Paulo. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)/**Anais da IV Reunião**. São Paulo, 1985.

Na década de 60, merecem destaque três conquistas de inestimável importância para os estudos históricos em São Paulo: a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e do Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Em 1961, na cidade de Marília, 27 anos após a criação das Faculdades de Filosofia, realizou-se o primeiro encontro, de âmbito nacional, dos professores de História. Essa primeira reunião foi totalmente dedicada ao ensino mas nos encontros posteriores nota-se uma crescente preocupação com a pesquisa. Nos simpósios da ANPUH de 1965, 1967 e 1969, consecutivamente, constava como eixo temático para as aulas teóricas e os seminários as “**Fontes Primárias para a História**”³⁶. As comunicações apresentadas sobre esse tema foram, posteriormente, publicadas na **Revista de História**.

De fato, o projeto de arrolamento das fontes, lançado em 1950 por Simões de Paula foi retomado com vigor pela ANPUH, a partir de 1962. Em fevereiro de 1963, realizou com a Sociedade de Estudos Históricos, na capital, um **Curso de Férias** para professores de História, vinculado ao Serviço de Expansão Cultural do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, sobre **As Fontes Primárias para a História no Estado de São Paulo** que contou com 180 professores inscritos.³⁷

A **Revista de História** continuou publicando, sistematicamente, de 1963 a 1971, os arrolamentos de fontes das cidades do interior num total de 15 trabalhos. Dentro do mesmo espírito, passou a divulgar os arrolamentos de fontes primárias realizados em outros Estados.

No início de 1962, o professor Sérgio Buarque de Holanda encaminhou ao Diretor da FFCL/USP, a proposta de criação de um **Instituto de Estudos Brasileiros**, talvez inspirado na idéia do **Instituto Nacional de Pesquisa Histórica** apresentada dez anos antes por J. H. Rodrigues. A proposta foi aprovada e a Portaria GR/nº 5, de 9 de janeiro de 1963, regulamentou o Instituto.

A sua finalidade básica era promover “a investigação, em seus múltiplos aspectos, da realidade brasileira no passado e no presente”. Para

(36) Um roteiro sucinto dos simpósios da ANPUH foi esboçado por J. R. do Amaral LAPA - Alguns Problemas da Atual Historiografia Brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 11, USP, S. P., 1972, p. 19-38.

(37) Cf. Maria Regina da Cunha RODRIGUES - As fontes primárias para a História no Estado de São Paulo. **Revista de História**, vol. XXVI, nº 53, ano XIV, 1963.

atingir esse objetivo, o IEB utilizaria várias estratégias, entre elas, a de “encaminhar alunos e ex-alunos no levantamento da documentação, em especial em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, orientando-os na sua utilização”.³⁸

Com o passar do tempo, ao que parece, o IEB afastou-se um pouco dessa intenção inicial, dedicando-se mais a organizar seu arquivo e biblioteca, enriquecidos com importantes Coleções e Fundos Particulares.³⁹

A partir de 1966, passou a circular periodicamente a **Revista do IEB**, cuja marca, a interdisciplinaridade, resgatava um dos objetivos fundamentais do Instituto, qual seja, o de associar disciplinas assegurando a convivência de professores, alunos e investigadores, dos mais diversos campos do conhecimento, que tematizavam a realidade brasileira.

Na área universitária, outra iniciativa de relevo foi a criação, também em 1966, do Centro de Documentação Histórica da FAPESP (atual CAPH), instalado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O Centro foi criado com duas funções bem distintas: “a de salvaguardar o acervo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil, e de auxiliar tecnicamente através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados”. Nesse sentido, procurou-se reunir e elencar documentos primários de interesse à pesquisa histórica, reunir os mais diversos instrumentos de pesquisa de arquivos, museus e bibliotecas e proceder à microfilmagem de conjuntos documentais ameaçados⁴⁰. Em 1968, os dois primeiros planos de pesquisa foram iniciados: o de catalogação dos periódicos da Hemeroteca “Júlio de Mesquita” do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁴¹ e o de microfilmagem do acervo documental do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás.

Em 1970, foi realizado um encontro de diversas autoridades, convocadas pelo Ministério da Educação e Cultura, no qual foi firmado o

(38) Cf. IEB - Regulamento, Histórico, Organização. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 1, 1966, p. 183 e segs.

(39) Veja-se, por exemplo, a Biblioteca Almeida Prado, a Coleção Lamego, os arquivos de Guimarães Rosa, de Fernando de Azevedo, de Mário de Andrade, Graciliano Ramos, etc.

(40) Cf. Dulce H. P. RAMOS e Raquel GLEZER - O Centro de Documentação Histórica da Fundação da Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo. **Revista de História**, nº 72, vol. XVIII, 1967, p. 597-599.

(41) Esse trabalho resultou na tese de doutoramento de Ana Maria de Almeida CAMARGO - **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: Catálogo da Hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. FELCH/USP, 1975, 9 vols.

Compromisso de Brasília, com vistas à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Apesar de dedicar maior atenção às obras de arte, constam do documento resoluções que incidem sobre a problemática dos arquivos em dois planos: o da formação de pessoal especializado, com a proposta de criação de cursos de “arquivologistas”, e o da defesa do acervo arquivístico⁴².

Esse documento foi discutido na Reunião da SBPC/ANPUH realizada em Curitiba, em julho de 1971, durante uma mesa redonda sobre o estado da pesquisa histórica no Brasil. A primeira conclusão a que chegaram foi a seguinte:

“O Problema básico da pesquisa histórica no Brasil está na situação deplorável em que se encontram os seus arquivos. Daí o apelo formulado para a concretização de uma política nacional de Arquivos e de um Projeto Nacional de Levantamento e Arrolamento de Arquivos”.⁴³

Em setembro do mesmo ano, no **Encontro Internacional de Estudos Brasileiros** e I Seminário de Estudos Brasileiros promovido pelo IEB, a pesquisa histórica no Brasil também foi tema dos debates. No final, aprovaram-se várias moções e propostas em relação à situação dos arquivos do país, em geral, no sentido de incentivar a criação de arquivos municipais, concentrar esforços na defesa do patrimônio arquivístico e dinamizar o treinamento de pessoal.⁴⁴

Ainda em 1971, os profissionais da área de arquivos, já bem mais fortalecidos, fundaram a **Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)**. No ano seguinte, foi realizado o **I Congresso Brasileiro de Arquivologia**, no Rio de Janeiro, com o objetivo de formular propostas em torno da formação profissional, da regulamentação da profissão e de uma legislação nacional de arquivos.

A atuação vigorosa dos profissionais de arquivo era no sentido de demonstrar a estreita vinculação entre desenvolvimento e cultura, eficiência administrativa e organização documental. Dizia José Pedro Esposel, presidente da AAB, em 1973:

(42) Ver o artigo de Luís SAIA - O Compromisso de Brasília. *Revista de História* nº 84, vol. XLI, ano XXI, 1970. As resoluções que incidem sobre a questão do patrimônio documental são as de número 7 e 11, respectivamente.

(43) Citado por Cecília Maria WESTPHALEN e Jair MEQUELUSSE - O Estado Atual da Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, vol. XLIII, nº 88, ano XXII, 1971, p. 160.

(44) Cf. *Anais do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. II, setembro de 1971, p. 160.

“Arquivo é matéria de infra-estrutura consciente.

Produtividade e cultura são temas da ação revolucionária e não podem prescindir, realmente, da ordem sistematizada. O progresso material se planifica na criação, fluxo e racional aproveitamento da massa documental que lhe é inerente. A cultura se mede na proporção em que a pesquisa científica é exercitada.

Os arquivos são instrumentos do progresso e fontes essenciais de pesquisa.”⁴⁵

A criação dos cursos superiores não tardou com o parecer favorável do Conselho Federal de Educação, de 1972. Em 1974, surgiu o curso da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), em 1976, o da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, em 1977, o da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (UFSM)⁴⁶. Em 1990, a professora Heloisa Liberalli Bellotto coordenou a implantação do mais recente curso de graduação em Arquivologia, na Universidade de Brasília (UnB).

Cabe registrar que, além de preocupar-se com a formação de novos profissionais, os arquivistas se mostraram intensamente comprometidos com a pesquisa histórica. Assim é que durante o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1976, promoveu-se também o **1º Seminário de Fontes Primárias para a História do Brasil**. De fato, durante a abertura, um dos objetivos do Congresso foi assim enunciado pela presidente da AAB: “entrosar arquivistas e historiadores na visão conjunta de que a qualidade da pesquisa depende, em grande parte, do padrão de desempenho dos que lidam nos arquivos”⁴⁷. Os Seminários de Fontes Primárias continuaram a realizar-se, sistematicamente, nos Congressos posteriores.

Em 1978, foram regulamentadas as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e instituído o Sistema Nacional de

(45) José Pedro ESPOSEL - **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói, RJ: Muiraquitã, 1994, p. 51. Recentemente publicado, esse livro reúne a produção do fundador da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e seu presidente nas duas primeiras gestões, nas décadas de 70 e 80, nos fornecendo o panorama dos momentos iniciais da história da Arquivologia no Brasil.

(46) Cf. Heloisa Liberalli BELLOTTO - **Ciências da Informação: Arquivologia**. CNPq - Avaliação, Perspectivas 1989. Datilografado, p. 02. É muito interessante nesse trabalho, a análise comparativa realizada pela autora entre as disciplinas e as cargas horárias dos cursos ministrados pelas três Universidades.

(47) Cf. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia** (17 a 22 de outubro de 1976). Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), 1979, p. 15.

Arquivo - SINAR⁴⁸. Não obstante, somente em 1984, a carreira de arquivista foi criada no Serviço Público Federal. Ainda que representasse um avanço na área, o SINAR não assegurou o **ciclo vital dos documentos** desde a fase corrente pois foi planejado para atender apenas às fases intermediária e permanente.⁴⁹

Em decorrência, a implantação dos Sistemas Estaduais de Arquivo tornou-se imperativa. Em 1978, 79 e 81, foram criados os Sistemas Estaduais no Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo⁵⁰. O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo foi instituído somente em 1984, pelo Decreto nº 22.789. No ano seguinte, o Arquivo do Estado deu início a um trabalho de levantamento e análise de dados a respeito dos arquivos da administração direta a fim de orientar a implantação do Sistema.⁵¹

Nos Municípios, tem sido lenta a formulação ou aprovação de dispositivos legais que assegurem uma política de gestão dos documentos públicos. Ao que nos consta o Município de Rio Claro foi o primeiro no Brasil a instituir o Sistema Municipal de Arquivos, em 1984⁵². A Cidade de São Paulo, desde 1990, adotou uma proposta para a implantação do Sistema Municipal de Arquivos (S.A.M.S.P.) que, embora não tenha ainda sido legalmente aprovada, transformou-se em referência básica aos demais municípios brasileiros.⁵³

Por outro lado, os profissionais de arquivo estão se organizando na Cidade. No final de 1985, começou a funcionar, regularmente, o **Núcleo Regional da AAB** em São Paulo. No ano seguinte, a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo promoveu o **I Curso de Especialização em Organização de Arquivos**, que passou a ser realizado, nos anos

(48) A Lei nº 6.546, de 4 de julho, e o Decreto nº 85.590, de 6 de novembro de 1978, regulamentaram, respectivamente, as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo; o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o SINAR. Cf. **AAB - Arquivologia; textos e legislação**, Rio de Janeiro, 1979, 52 p. (Publicações da AAB, v. 1). Para uma abordagem crítica do Sistema Nacional de Arquivo orientada pela análise dos fatores e circunstâncias que contribuíram para sua criação, consultar o artigo de Maria do Carmo Seabra Melo FERNANDES - O Sistema Nacional de Arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 7 (3): 7-15, set./dez. 1979.

(49) O **ciclo vital dos documentos** é preconizado pela **Teoria das três idades**, segundo a qual os documentos de arquivo, desde sua produção até sua destinação final, devem passar por três fases distintas e sucessivas: corrente, intermediária e permanente.

(50) Cf. Nilza Teixeira SOARES - **Arquivologia: Avaliação e perspectivas**. Brasília, CNPq, 1982, p. 95-96.

(51) Os resultados de dois anos de pesquisa foram reunidos na publicação **Diagnóstico da situação dos Arquivos do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1987.

(52) Lei Municipal nº 1883, de 29 de março de 1984. O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro foi criado pela Lei nº 1573, de 11 de novembro de 1979. **Arquivo do Município de Rio Claro: legislação**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985.

(53) Cf. Daise Aparecida OLIVEIRA - Sistema de Arquivos para o Município de São Paulo - S. A. M. S. P. **Revista do Arquivo Municipal** nº 199. São Paulo, D. P. H., 1991.

seguintes, em conjunto com o Instituto de Estudos Brasileiros. Nesse mesmo período, o Arquivo do Estado associou-se à Pontifícia Universidade Católica (PUC) a fim de promover cursos de introdução à arquivologia.

Finalmente, em 1991, foi aprovada a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, amplamente debatida no mês de agosto, em mesa redonda realizada no **Congresso do Patrimônio Histórico** promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.⁵⁴

A lei ainda não foi regulamentada e apresenta dificuldades especialmente quanto ao sigilo dos documentos públicos. Essa restrição de acesso, cujos prazos mínimos não foram definidos, remetem para noções abstratas e complexas como as de “segurança” da sociedade e do Estado e “inviolabilidade” da vida privada.⁵⁵

Cabe registrar, ainda, que as Universidades têm, cada vez mais, se ocupado com as questões arquivísticas não apenas porque reconhecem a relação direta que mantêm com a pesquisa científica mas também porque desejam aperfeiçoar seus próprios serviços de informação e de organização documental a fim de garantir, simultaneamente, a eficiência administrativa e a preservação da memória institucional. Um passo decisivo, nesse sentido, foi dado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ao implantar seu Sistema de Arquivos, em 1989, e promover, em 1991, o **I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**.⁵⁶

A implantação de sistemas de arquivo é, na verdade, a maneira segura de garantir que o documento faça seu percurso natural da administração à história, tal como recomendam os arquivistas. Nesse processo, é de vital importância a atuação dos profissionais de apoio à pesquisa, responsáveis pela preservação e organização documental, especialmente na sociedade contemporânea em que o acesso à memória, mais do que condição ao bom encaminhamento da historiografia, significa exercício pleno da cidadania.

(54) Uma das moções aprovadas pela sessão plenária do Congresso foi no sentido de solicitar ao Poder Executivo Federal “para que seja regulamentado o artigo 23 da Lei nº 8.159, que fixará as categorias de sigilo a serem obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos”. Cf. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1992, p. 233.

(55) As ambigüidades propostas pelo binômio acesso/sigilo referentes aos documentos públicos foram oportunamente analisadas, à luz de autores diversos, por Ana Maria de Almeida CAMARGO - Informação, documento e arquivo: o acesso em questão. **Boletim** nº 11, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo, maio-ago. 1993.

(56) Para um contato maior com esse trabalho pioneiro que a UNICAMP desenvolveu na organização de arquivos universitários, consultar **Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**, 04 a 06 de novembro de 1991. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.

RECENT TENDENCIES IN THE HISTORIOGRAPHY OF WOMAN IN LATIN AMERICA

June E. HAHNER*

Resumo

Trata das tendências atuais da historiografia sobre a mulher e das relações de gêneros na América Latina que extrapolam as fronteiras dos países. Progressos significativos foram registrados nos últimos anos neste campo relativamente novo. Destaca a necessidade de estudos comparativos. A bibliografia do México e do Brasil são as maiores. As mudanças sócio econômicas do século XX reforçam a necessidade de pesquisas sobre a mulher pois ela é parte essencial para que se tenha uma perspectiva multidimensional da realidade passada e presente.

In recent years, the historiography of women and gender relations in Latin America has developed dramatically, yielding an impressive crop of works which have considerably enriched our knowledge of the complexities of women's roles and activities and of gender relations in society. Twenty years ago, this field of historical study suffered from universal neglect, but it began to grow in the 1970's, and especially the 1980's, providing us with new perspectives on history.

For too many years, when we examined historical studies in any part of the world, it was quite evident that women were almost always missing or misrepresented. Conventional history not only neglected women but also subjected them to stereotyping and distortion. Historians did not give women

(*) Department of History. State University of New York, Albany.

credit for the roles they played in the development of their countries, even though, as we well know, without women, history, as it has been written, remains incomplete. Yet, for many years, women seemed peripheral to the main concerns of historical writing, and, therefore, were defined as marginal to historical development. As long as historians devoted their major efforts to investigating the transmission and exercise of power, women continued to be basically ignored in Latin America as in other areas of the world. There was little room in political, diplomatic, or military history for women, who for so long have been largely outside the power structure. But in recent decades, this traditional historical concentration on elites and upper classes and on great public events like national elections, wars, civil strife, or revolutions, has given way to new approaches. Scholars have brought to light information about social groups previously considered too unimportant or obscure to merit investigation.

With the rise of social history and of economic history, and with the growing concern for groups out of power, women began receiving more attention. Scholars realized that it cannot be simply assumed that what is said of men historically holds equally true for women. Men and women have generally occupied different positions in society, and we cannot automatically study women within the same conceptual framework or apply exclusively male criteria to women. On the contrary, women must be studied on their own terms, in the light of their activities and their positions within their societies. Nevertheless, we cannot forget that any study of the status of women or their roles and activities is tied to the roles and activities of the men of the same society. History does not occur in a vacuum. Women form part of the society in which they live, and, therefore, share in the values of that society.

The purpose of this article, however, is not to dwell upon the nature and significance of women's history nor to trace the development of that history as a field of scholarly inquiry in any one specific country, for some such studies exist.¹ Rather, let us consider some recent

(1) Although much else has been written in recent years concerning the study of women's history, the essays of Gerda Lerner, one of the pioneers of women's history in the United States, remain most pertinent, and these collected essays also illustrate the development of that history: Gerda Lerner, **The Majority Finds Its Past. Placing Women in History** (New York: Oxford University Press, 1979). The internationalization of research in women's history is clearly demonstrated by the articles in Karen Offen, Ruth Roach Pierson, and Jane Rendall, eds., **Writing Women's History. International Perspectives** (Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991), which not only treat theoretical issues but also describe the state of research in women's history in a number of European countries as well as in several nations in Asia, Africa, and North and South America. Mexico and Brazil, the focus of more studies on women than other Latin American countries, have also benefitted from bibliographical research on women. See Asunción Lavrin, "La Mujer en Mexico: Veinte años de estudio, 1968-1988. Ensayo historiográfico," in **Memorias del simposio de historiografía mexicanista** (México: Instituto de Investigaciones Históricas, UNAM, 1990), pp. 545-579, and Fundação Carlos Chagas, **Mulher brasileira. Bibliografia anotada** 2 vols. (São Paulo: Editora Brasiliense, 1979-1981).

tendencies in the historiography of women and gender relations in Latin America extending across national boundaries. Although comparative historiographical studies are as rare as comparative histories of women, attempts at comparative inquiries can be made. In this article, only a small number of works in the rapidly developing field of the history of women in Latin America can be singled out, but they should prove indicative of the scholarly work being done. The comprehensive bibliographies on Latin American women already published can be of great service to those seeking works on women in Latin America.²

Some of the earliest studies of women in Latin American history, as of women elsewhere in the world, concerned notable women, "important" women left out of traditional history, and their uncommon achievements.³ This approach was a form of compensatory or remedial history. It served as a necessary counter to conventional history, to a traditional view of women as a second sex or deviant from the dominant male sex. This approach sought to rectify the errors and omissions of conventional history by asking: who were the women missing from history, who were the women of achievement, and what did they do? Although this type of history can tell us of notable women, while attempting to fit them into the old categories of chronological history, it does not inform us about the great mass of women in history. Of course, this is not to say that biographies have no value. Biography, but with analytical profundity, is undergoing a renaissance in various countries, and women's history offers a most productive avenue for the investigation of the relationship of women as individuals with their socio-cultural milieu. Furthermore, Sister Juana Inés de la Cruz of Mexico, the most famous woman and one of the most celebrated writers of the colonial period in Latin America, has attained a literary and historical canonization which removes her from any easy categorization. The only Latin American

(2) One of the earliest comprehensive bibliographies, but only for women in Spanish America, was Meri Knaster, **Women in Spanish America. An Annotated Bibliography from Pre-Conquest to Contemporary Times** (Boston: G.K. Hall, 1977); it demonstrates the strongly anthropological nature of works written in the 1960's and early 1970's. The volume edited by K. Lynn Stoner, **Latinas of the Americas: A Source Book** (New York: Garland Publishing, 1989), intended as an update of the Knaster bibliography, includes Brazil and material published since the appearance of the bibliographies produced by the Fundação Carlos Chagas.

(3) William Galvan, **Minerva Mirabal: historia de una heroína** (Santo Domingo: Editorial de la Universidad Autónoma de Santo Domingo, 1982), and Alipio Valencia Vega, **Simona Josefa Manzaneda: por patrioto, pero "chola", un infamante suplicio acabó con su vida** (La Paz: Librería Editorial Juventud, 1978) are only two examples of biographies of "heroic" women.

woman who has been the subject of more biographies is Eva Perón of Argentina.⁴

The feminine world of the cloister merits detailed historical investigation. Although no other nun approached Sister Juana Inés de la Cruz in fame or achievement, nuns formed the largest group of literate females in colonial Latin America, a period in which the majority of women were illiterate, and, therefore, had no opportunity to record their own history. Furthermore, since historians are largely dependent upon written records and on the availability of those records, the world of the convents does not represent the same obstacles to historical investigation as do many other female worlds, yielding valuable publications on nuns and convents in parts of both colonial Brazil and colonial Spanish America.⁵

Not just the religious experiences of nuns, but those of witches, saints, and other holy women as well are beginning to receive scholarly attention. Recent research suggests that female religious roles may not only create opportunity for women to exercise power but may also enable them at times to head popular protest movements. Articles have appeared on a few of the movements led by holy women, such as the protest movement led by a guachichil witch in Mexico in 1599.⁶

(4) The enumeration of published titles on the most popular figures, Eva Perón, Sister Juana Inés de la Cruz, and La Malinche (or Doña Marina), mistress and aide to Hernán Cortés in the conquest of Mexico, would fill several pages of notes. See Knaster, **Women in Spanish America**. La Malinche, unfortunately, has become a symbol of treason to her people, an ironic fate for someone sold as a slave by her family. The abundant literature on Evita Perón is generally poor in quality and politically biased, although, she like Sister Juana Inés de la Cruz, has been the recipient of a few scholarly book-length studies, including Marysa Navarro, *Evita* (Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1981); and Julie M. Taylor, *Eva Perón. The Myths of a Woman* (Chicago: University of Chicago Press, 1979); on *Sor Juana*, see Octavio Paz, *Sor Juana Inés de la Cruz o la trampas de la fé* (Barcelona: Seix-Barral, 1982). Alberto Ciria analyzes some of the literature on Evita in "Flesh and Fantasy: The Many Faces of Evita (and Juan Perón)," *Latin American Research Review* 18, n° 2 (1983), 150-165.

(5) Asunción Lavrin has produced the most studies of nuns and convents in Mexico, including "The Role of the Nunneries in the Economy of New Spain in the Eighteenth Century," *Hispanic American Historical Review* 46 (November 1966), 371-393; and "Values and Meaning of Monastic Life for Nuns in Colonial Mexico," *The Catholic Historical Review* 63 (October 1972), 367-387, although others, like Josefina Muriel, *Los recogimientos de mujeres, respuesta a una problemática social novohispana* (México: UNAM, 1974) have also contributed. For Brazil, see Susan A. Soeiro, "The Social and Economic Role of the Convent. Women and Nuns in Colonial Bahia, 1677-1800," *Hispanic American Historical Review* 54 (May 1974), 209-232. Electra Arenal and Stacey Schlauf, *Untold Sisters. Hispanic Nuns in Their Own Words* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989), provide us with some of voices of Spanish American nuns themselves.

(6) Ruth Behar, "The Visions of a Guachichil Witch in 1599: A Window on the Subjugation of Mexico's Hunter-Gatherers," *Ethnohistory* 24, n° 2 (1987), 115-138.

One of the major preoccupations of women's history in recent years has been the investigation of various movements to improve women's social and legal status. Among the large number of resulting publications are well-documented studies focusing on women's rights and suffrage activities in individual countries like Mexico, Cuba, Argentina, and Brazil.⁷ Non-feminist organizations have also received attention, albeit less attention, from historians writing about right-wing women in Argentina in the first decades of the twentieth century or women in Mexico's cristero rebellion in the 1920's.⁸ Although a few historians have written on such subjects as women and working-class mobilization,⁹ recent women's movements tend to attract political scientists rather than historians.¹⁰

Another strand of women's history, moving away from movements and organizations, seeks to document the daily activities of the great mass of women, concentrating on so-called "common women," their lives and labor. But more attention has been paid to women's "public" activities than to their domestic experiences. Many works on women, after all, have sought to combat the old stereotype of the passive, sheltered Latin American female, and they did so successfully. Numerous studies, focusing on different countries and different time periods, clearly demonstrate that the

(7) These include: Branca Moreira Alves, **Ideologia e feminismo. A luta pelo voto no Brasil** (Petrópolis: Vozes, 1980); June E. Hahner, **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937** (São Paulo: Editora Brasiliense, 1981) and **Emancipating the Female Sex. The Struggle for Women's Rights in Brazil. 1850-1940** (Durham: Duke University Press, 1990); Marifran Carlson, **Feminismo! The Woman's Movement in Argentina from its Beginnings to Eva Perón** (Chicago: Academy Chicago Publishers, 1988); Berta Hidalgo, **El movimiento femenino en México** (México: Editores Asociados Mexicanos, 1980); Anna Macías, **Against All Odds. The Feminist Movement in Mexico to 1940** (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1982); K. Lynn Stoner, **From the House to the Streets. The Cuban Women's Movement for Legal Change, 1898-1940** (Durham: Duke University Press, 1991). A rare international perspective is taken by Francesca Miller, **Latin American Women and the Search for Social Justice** (Hanover and London: University Press of New England, 1991).

(8) Sandra McGee Deutsch, "The Visible and Invisible Liga Patriótica Argentina, 1919-28: Gender Roles and the Right Wing," **Hispanic American Historical Review** 64 (May 1984), 233-258; Barbara Ann Miller, "The Roles of Women in the Mexican Cristero Rebellion: Las señoras y las religiosas," **The Americas** 40 (January 1984), 303-324.

(9) See, for example, John French and Mary Lynn Pedersen, "Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo, 1945-1948," **Latin American Research Review** 24, n° 3 (1989), 99-125.

(10) See, for example, the volume of essays edited by Jane Jacquette, **The Women's Movement in Latin America. Feminism and the Transition to Democracy** (Boston: Unwin Hyman, 1989). Sonia E. Alvarez's work on Brazilian women in the transition to democracy in that volume is found in an expanded version in **Engendering Democracy in Brazil. Women's Movements in Transitional Politics** (Princeton University Press, 1990).

majority of women among the lower strata of society have always formed part of the labor force and that some women among the elites have administered property or directed family enterprises.¹¹ But we lack comparative studies that can unite these investigations. Nor are large chronological periods easily covered, unless the historical studies of women's status focuses on a very specific subject, such as the impact of the change from oral to written culture and the enforcement of matrimonial promises in Mexico or the disappearance of the dowry in São Paulo.¹² Another, but relatively infrequent, type of study involves comparisons of the positions and activities of men and women within a particular society. We need comparisons of the differential impact of major events upon women and upon men, such as analyses of the differential impact of the Spanish conquest on indigenous men and women.¹³ It is still necessary to stress that we can never automatically assume that what is said of men historically hold equally true for women.

Although the growth of the history of the family in Latin America in recent years has added greatly to the body of knowledge about women, gender roles within the family have not been a prime concern of historians of the family. Unlike social scientists, who are especially concerned

(11) These include: Silvia M. Arrom, **The Women of Mexico City, 1790-1857** (Stanford: Stanford University Press, 1985); "Women in a Noble Family: The Mexican Counts of Regla, 1750-1830," in Asunción Lavrin, ed., **Latin American Women. Historical Perspectives** (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1978), 129-149; Sandra Lauderdale Graham, **House and Street. The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro** (Cambridge: Cambridge University Press, 1988); Maria Odila Leite da Silva Dias, **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus** (São Paulo: Brasiliense, 1980); Donna Guy, "Women, Peonage, and Industrialization: Argentina, 1810-1914," **Latin American Research Review** 16, n° 3 (1981), 65-89; John E. Kicza, "La mujer y la vida comercial en la ciudad de México a finales de la colonia," **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades** 2, n° 4 (September-December 1981), 39-59; Carmen Ramos, "Mujeres trabajadoras en el México porfiriano: género e ideología del trabajo femenino, 1876-1911," **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, 48 (June 1990), 27-44; and Vivian Valls, **Working Women in Mexico During the Porfiriato. 1880-1919** (San Francisco: R & E Research Associates, 1978).

(12) Patricia Seed, "Marriage Promises and the Value of a Woman's Testimony in Colonial Mexico," **Signs. A Journal of Women in Culture and Society** n° 2 (1988), 252-276; Muriel Nazzari, **Disappearance of the Dowry. Women, Families, and Social Change in São Paulo, Brazil (1600 1900)** (Stanford: Stanford University Press, 1991).

(13) See, Iris Blanco, "La Mujer en los albores de la conquista de México," *Eco* 11 (Spring 1980), 249-270; Elinor C. Burkett, "Indian Women and White Society: The Case of Sixteenth-Century Peru," in Lavrin, ed., **Latin American Women**, pp. 101-128; Inga Clendinnen, "Yucatec Mayan Women and the Spanish Conquest: Role and Ritual in Historical Reconstruction," **Journal of Social History** 15 (Spring 1982), 427-442; Irene Silverblatt, **Moon, Sun, and Witches. Gender Ideologies and Class in Inca and Colonial Peru** (Princeton: Princeton University Press, 1987).

with the nature and changing character of relations among family members, and with the survival of the family as an institution in contemporary urban and rural contexts, historians have shown more interest in the process of family formation, family networks, and the patterns of marriage established during the colonial and post-independence periods. They have demonstrated the most concern with notable or elite families, unlike social scientists who focus on the poorer strata of society. This is explainable by the nature of the documentation available to historians. It is inherently difficult to trace over time the people who did not possess property, and, who, therefore, had no concern for its transmission; these people would not leave such documentation supporting marriage as wills, testaments, bills of sale, or litigation over property. It is those sources that have furnished significant information on the economic and political connection of families and the mechanisms used to establish and transmit them. But this information on the exterior behavior of families tends to ignore the families' internal dynamics. At times, the focus of some of these studies on the so-called family strategies of elite families reduces women to mere objects of transaction, appendices of male family members.¹⁴

(14) Among the studies of elite families, frequently stressing family strategies, are those by Diana Balmori, Stuart Voss, and Miles Wortman, **Notable Family Networks in Latin America** (Chicago: University of Chicago Press, 1984); Dain Borges, **The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945** (Stanford: Stanford University Press, 1992); Bill J. Chandler, **The Feitosas and the Sertão dos Inhaúma. The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930** (Gainesville: University of Florida Press, 1972); Guillermo de la Cuadra Gormaz, **Familias chilenas; origen y desarrollo de las familias chilenas** 3rd ed. (Santiago: Editorial Zamorano y Caperán, 1982); Paul Ganster, "La familia Gómez de Cervantes: linaje y sociedad en el México colonial," **Historia Mexicana** 31, n° 2 (1981), 197-232; John E. Kicza, **Colonial Entrepreneurs. Families and Business in Bourbon Mexico City** (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983); Pilar Gonzalbo Aizpuri, ed., **Familias novohispanas: siglos XVI-XIX** (México: El Colegio de México, 1991); Doris Ladd, **The Mexican Nobility at Independence. 1780-1826** (Austin: University of Texas Press, 1976); Larissa A. Lomnitz and Marison Pérez-Lizaur, **A Mexican Elite Family, 1820-1980** (Princeton: Princeton University Press, 1987); John F. Schwaller, "Tres familias mexicanas del siglo XVI," **Historia Mexicana** 31, n° 2 (1981), 171-196; Patricia Seed, **To Love, Honor, and Obey in Colonial Mexico: Conflicts Over Marriage Choice, 1574-1821** (Stanford: Stanford University Press, 1988); Maria Beatriz Nizza da Silva, **Sistema de casamento no Brasil Colonial** (São Paulo: T.A. Queiroz, 1984). Lomnitz has also studied working-class families in Mexico: **Como sobreviven los marginados?** (México: Siglo Veintiuno Editores, 1975). In studying family strategies, John Tutino, for one, has examined the question of decision-making by mothers, not just by fathers, in "Power, Class, and Family: Men and Women in the Mexican Elite, 1750-1910," **The Americas** 39 (1983), 359-382. See also Ann H. Johnson, "The Impact of Market Agriculture on Family and Household Structure in Nineteenth-Century Chile," **Hispanic American Historical Review** 58 (November 1978), 625-648; Katia de Queirós Mattoso, **Familia e sociedade na Bahia do século XIX** (São Paulo: Corrupio, 1988); Alida Metcalf, **Family and Frontier in Colonial Brazil. Santana de Parnaíba, 1580-1822** (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1992); and Eni de Mesquita Samara, **As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX** (São Paulo: Marco Zero, 1989), whose research extends well beyond elite families.

While the history of elite families can trace one part of its own ancestry to the tradition of genealogical studies that exists in almost all Latin American countries, another strand of family history exhibits ties to demographic history, which developed under the inspiration of the French Annales school. Parish baptismal records and the censuses carried out since the late eighteenth century provide excellent source materials, although their investigation calls for teams of researchers or much patience. The resulting historical research on family structure, marriage, and fertility challenged some of the traditional assumptions about the Latin American family in the past, especially the old perception of the Latin American family as just a patriarchal and hierarchical institution. Recent work shows the existence of female-headed households parallel to the patriarchal family. In fact, the nuclear family, not the extended family, appears to have been the prevalent family form in the past. A high proportion of Latin American households, especially in urban areas, were headed by women, not by powerful patriarchs. Such family patterns existed in many areas and different periods, from eighteenth-century Lima to nineteenth-century Brazil and Mexico, thus putting into historical perspective a phenomenon that had previously appeared to be just a twentieth-century problem. However, all the variations in family structure remain to be researched in geographically distant regions with different cultures and economic structures, among different ethnic and racial groups. Structural changes could have occurred in response to such pressures as the massive depopulation caused by disease in the sixteenth century or the waves of European immigration to Brazil, Argentina, and Uruguay in the nineteenth century, or migrations from the countryside to the cities. Much work remains to be done. What is clear is that there has been no such thing as a single Latin American family pattern.¹⁵

(15) See, among others: Rodney Anderson, **Guadalajara a la consumación de la independencia; estudio de su población según los padrones de 1821-1822** (Guadalajara: Unidad Editorial del Estado de Jalisco, 1983); Thomas Calvo, **La Nueva Galicia en los siglos XVI y XVII** (Guadalajara: El Colegio de Jalisco, 1989); Iraci del Nero da Costa, "A estrutura familiar e domiciliar em Vila Rica no alvorecer do século XIX," **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** 19 (1977), 17-34; Elizabeth Kuznesof, "The Role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765-1836," **Journal of Social History** 13, n° 4 (1980), 589-611, and "Household Composition and Headship as Related to Changes in the Mode of Production: São Paulo 1765-1836," **Comparative Studies in Society and History** 23, n° 1 (1980), 78-108; Robert McCaa, **Marriage and Fertility in Chile. Demographic Turning Points in the Petorca Valley, 1840-1976** (Boulder: Westview Press, 1983); Maria Luiza Marcilio, **La Ville de São Paulo. Peuplement et Population 1750-1850** (Paris: Nizet, 1968); Claude Morin, **Santa Inés Zacatelco (1646-1812): contribución a la demografía histórica del México colonial**. (México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1973); and Donald Ramos, "Marriage and the Family in Colonial Vila Rica," **Hispanic American Historical Review** 55 (May 1975), 200-225.

The ideological components of behavior, and not just within the confines of the family as the locus of socialization, will no doubt be of increasing interest to historians of women in Latin America. After all, many questions of ideas and culture have already received attention from these historians. Some of the earliest works in women's history, and not just for Latin America, contrasted "image" with "reality," seeking to break down old stereotypes about female behavior. But more recent investigations analyze the complexity of social norms as expressed in law, literature, religious and educational materials, and trial records, often demonstrating the fluidity of norms and some women's ability to manipulate them, even the lack of consensus over the application of norms in specific times and places.¹⁶ Other studies focus on so-called deviant behavior like bigamy, concubinage, and marital separation, with some of the most recent research emphasizing personal relations and sexuality.¹⁷ Here many questions relating to marriage and the family, culture and personal behavior can all converge. Studies of prostitution in a historical rather than contemporary setting have been attempted by several scholars, particularly for Argentina and Brazil, with their large immigrant populations in the early twentieth century.¹⁸ This emphasis on the importance of cultural elements may also help us understand the strength, and limitations, of patriarchy. Patriarchy, after all, provides the context within which the relations of power and authority between men and women are defined.

Although we are still far from achieving a satisfactory level of knowledge concerning many aspects of the history of women and gender

(16) See, for example, Luis Martin, **Daughters of the Conquistadores. Women of the Viceroyalty of Peru** (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983).

(17) A range of topics is demonstrated in the collections of essays edited by Sergio Ortega, ed., **De la santidad a la perversión: o de por qué no se cumplía la ley de Dios en la sociedad novohispana** (México: Grijalbo, 1986); Asunción Lavrin, ed., **Sexuality and Marriage in Colonial Latin America** (Lincoln: University of Nebraska Press, 1989); and Ronaldo Vainfas, ed., **História e sexualidade no Brasil** (Rio de Janeiro: Graal, 1986).

(18) Donna Guy, **Sex and Danger in Buenos Aires. Prostitution, Family, and Nation in Argentina** (Lincoln: University of Nebraska Press, 1991); Magali Engel, **Meretrizes e doutores. O saber médico e a prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890** (São Paulo: Brasiliense, 1990); Marta Abreu de Esteves, **Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Epoque** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989); Sandra Lauderdale Graham, "Slavery's Impass: Slave Prostitutes, Small-Time Mistresses, and the Brazilian Law of 1871," **Comparative Studies in Society and History**, 33 (1991), 669-694; Margareth Rago, **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991); and Luiz Carlos Soares, "Da necessidade do bordel higienizado. Tentativa de controle da prostituição carioca no século XIX," in Vainfas, ed., **História e sexualidade no Brasil**, pp. 143-168.

relations in Latin America, it is clear that significant advances have occurred in recent years in what, after all, still is a relatively new field of historical investigation. But until we can trace more of the changes that have occurred from the sixteenth to the twentieth centuries, we will continue to lack a comprehensive vision of this history. It is not necessary to list historical subjects in search of historians as long as historians remain alert and seize opportunities as they occur. However, we particularly need comparative studies, whether of women of the elite or of the lower strata of society, studies that encompass more than one country, since the world cannot be divided into air-tight national units. Of course, much of the history of Latin America has been written from the base of the nation-state. And some countries receive more attention than others. Mexico and Brazil are the focus of the largest number of works by historians of women and gender relations in Latin America, carried out by scholars based in those countries and in the United States. This is not surprising, however, considering the size of these countries and of their academic populations and the amount of scholarly production in other fields of history. It remains true that questions of national and regional differences, like those of class and ethnicity, cannot be ignored. However, while we seek to understand gender differences across time and space, we are not simply emphasizing those differences, but rather, seeking to comprehend them.

Socioeconomic changes occurring in the twentieth century only reinforce the need for a historical perspective and understanding of women's roles, status, and activities in Latin America, which, in turn, will enrich our knowledge of the Latin American past. Women are essential for achieving a balanced and multidimensional view of reality, past and present.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

UM CAPÍTULO DE MONTOYA SOBRE OS PAULISTAS

Plínio AYROSA*

Raros serão os documentos referentes às atividades dos paulistas no século XVII, principalmente os de origem espanhola, que não se alarguem em impropérios e azedumes contra os nossos antepassados. A terrível persistência com que os piratininganos se haviam no avassalamento do sertão, produziu, em torno de suas atitudes ríspidas e de suas marchas insopitáveis, uma atmosfera de pavor e de ódio, incapaz de permitir um juízo sereno sobre suas finalidades e, muito menos, uma palavra sequer de admiração pelos seus feitos grandiosos.

Lançados à aventura, não houve nunca impecilho algum que obstasse os seus intentos: rios, florestas, febres, falta de alimento insídias de toda espécie, montanhas e pantanais, tudo isso retardou, às vezes, os seus passos, sem jamais conseguir reter a avalanche quase sempre vencedora e apavorante. Nem os próprios símbolos sacrossantos da fé cristã - a Cruz e o Santíssimo Sacramento - ante os quais os reis e os capitães-mores se curvavam reverentes, puderam sustar os seus gestos

(*) Plínio Ayrosa (1895-1961) foi o primeiro titular da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-guarani, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Pertenceu à Academia Paulista de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Deu a público, em bem cuidadas edições, diversos textos antigos, de interesse lingüístico, para o tupi-guarani, assim como publicou numerosos artigos sobre a influência tupi no português do Brasil. O artigo que aqui se transcreve, foi publicado em "O Estado de S. Paulo" em 1942 e transcrito na "Revista da Academia Paulista de Letras", nº 21, pp. 49-54, de março de 1943.

desassombrados ou fazer com que baixassem um pouco o olhar duro, altivo e dominador.

A rudeza do ambiente em que viviam endurecera-lhes o coração; os mil e um tropeços das caminhadas sem fim de há muito lhes haviam ensinado que não se dominam povos e nem se conquistam territórios com branduras e transigências. Se, para atingir o seu ideal, foi preciso arredar do caminho mesmo os legítimos e altos símbolos de uma religião que era positivamente a sua religião, eles os arredaram sem titubeios, com o maior desembaraço, destemerosamente. Respeitavam-nos, é exato, mas não admitiam que deles usassem os seus adversários para lhes barrar a trajetória necessária e luminosa.

Por isso aparecem os paulistas, nos documentos coevos e mesmo nos posteriores à época das entradas, como assassinos, ladrões malditos, desalmados gente do demo, quando, em verdade, eram tão somente homens que sabiam o que queriam e que sabiam querer sem desfalecimentos.

Abundando naqueles qualificativos não de todo amáveis, e salientando bem o traço característico do ânimo bandeirante, vem na **Conquista Espiritual**, de Montoya um capítulo curioso em que, com pinceladas negras e rápidas, o insigne jesuíta peruano esboça a cidade de São Paulo e reaviva o perfil bravo do paulista de antanho.

Essa grande obra, vertida integralmente do guarani por Batista Caetano, embora se ressinta de certa coordenação cronológica, como faz notar Taunay, é, no entretanto, repositório muito valioso de informes autênticos sobre um dos setores mais interessantes de nossa história, e sobre uma das zonas mais curiosas do ponto de vista etnográfico. Publicada na Espanha no segundo quartel do século XVII, tem sido, parece-nos, mal aproveitada pelos nossos historiadores e muito pouco consultada pelos que se dedicam a questões etnográficas. De fato deve interessar precipuamente aos que quiserem colher achegas para a história da catequese mas, de maneira geral, além de ser um dos mais vastos textos em tupi-guarani, fornece dados magníficos a respeito de grande número e detalhes indispensáveis à reconstituição histórica do chamado "império" jesuítico, teoricamente representado pelas célebres "Missões"

Demais, é trabalho de quem viveu os instantes de horror ali descritos; de quem conheceu, como pouco os fios todos da teia imensa

que a perseverança e a abnegação dos jesuítas teceram por dezenas de anos visando isolar, nas mesopotâmias interiores, as populações ingênuas e sadias, que se corromperiam e sofreriam se expostas ao contacto malsão e violento dos colonos do litoral.

À **Relacion de los agravios**, dos padres Mancilla e Mazetta, e aos informes preciosos de Jarque as palavras de **Conquista espiritual** de Montoya servem perfeitamente de subsídios excelente. Nesse largo relato de quanto se fez nas Missões desde antes de 1602, surgem capítulos repletos de reminiscências históricas, de notas curiosas sobre usos e costumes indígenas e, sobretudo, de referências a fatos ainda obscuros ou diversamente encarados pelos nossos pesquisadores.

Dentre todos, porém, destaquemos uns trechos daquele capítulo XXIV, dedicado, por assim dizer a São Paulo e aos paulistas. Relata o notável jesuíta e mestre do tupi-guarani:

“Ha na terra chamada Brasil que é conquista dos portugueses, uma aldeia grande (**tabuçu**), que se chama São Paulo, a qual está acima da serra Paraná-pihába, distante do mar apenas 16 léguas. Ali ha gente de todas as qualidades, vindas da Espanha, da Itália, de Portugal e de outras terras, que só se ocupa e cuida de fazer coisas ruins. A vida deles é só matar gente, e se alguém procura livrar-se de ser seu escravo, é maltratado como animal”.

Ao descrever os sucessos daqueles dias inesquecíveis passados na Missão de Santo Antônio, destruída pelas tropas de Simão Álvares no ano da graça de 1629, sob a impressão ainda das cenas pavorosas a que assistira, assim fala de nossos avós bandeirantes:

“Aqueles homens, mais ferozes que os pagãos, invadiram as nossas povoações, vencendo, matando as gentes, e até profanando a santa Casa de Deus. Nós, os padres, em percebendo isto, lá fomos ao lugar onde tinham reunido os pobres aprisionados, pedindo-lhes que os soltassem das cadeias de ferro. Nem bem ouviram o nosso pedido, e eis que os desalmados, como loucos gritam imediatamente apontando-nos aos seus soldados: pegai, matai esses malditos!...

E assim gritando, sem mais ouvir, dispararam os seus mosquetes. Feriram oito ou nove pessoas, das quais uma morreu

imediatamente. Ao padre Quirino de Mendonça eles frecharam no braço. Prenderam o padre José Domenec e para mim apontaram as suas armas com vontade de me roubar a vida. Tirei de pronto, porém, as roupas que me cobriam o peito e disse: Varai-me depressa o coração com vossas balas! Eles não o fizeram, mas com todas as qualidades de más palavras nos rebaixaram maltratando-nos e, malditos nos disseram em altas vozes: Vós não sois padres de modo algum; sois simples demônios odiados de Deus, inimigos de Deus!...

Depois disto, ei-os que entram a tocar os seus tambores, igualados chefes e soldados, e varam pelos povoados de Santo Antônio e São Miguel para matar a gente que havia neles. Os pobres índios acudiram-se na santa Casa de Deus e, não obstante ali, assim como no matadouro se abate a rez, de igual modo foi o povo todo assassinado. Os santos paramentos pertencentes à igreja eles os roubaram, e deram cabo dos santos óleos”.

Um último recurso, em face das violências inauditas, ocorre a um dos missionários: levar o Santíssimo à porta do templo e expô-lo aos olhares dos assaltantes. Respeitá-lo-iam, por certo, apesar do ímpeto brutal com que se haviam contra gente inerte e desarmada... Montoya a isso se opõe - conhecia ele muito bem os paulistas - lembrando que tais homens do símbolo cristão escarneceriam, se não o pisassem para melhor o injuriar.

Dentro da igreja, assassínios frios e bárbaros; fora, no pátio, a horda cada vez mas exaltada exigindo sangue e submissão completa dos padres. Os paramentos rolam de mão em mão entre motejos; o óleo santo é derramado entre gargalhadas e os altares destruídos a golpe de espada.

É nesse turbilhão em que se confundem índios, padres, soldados e cabos de tropa que, num supremo gesto de misericórdia, olhos postos no céu alto e sereno, tomam os catequistas todas as hóstias virgens ainda da profanação, e as recebem em suas entranhas, para morrer com elas junto ao coração... **haé rámo oró tupārahoi opacatú hostia mirím hobaçapyre peteín aubé jepé reva beímo...**

As cenas de depredação continuam. Os gritos de ódio e os gemidos de dor sucedem-se num crescendo trágico; a confusão entre os

que procuram se defender facilita os golpes do atacantes. Mas um quadro porém, de rara beleza e de profundo simbolismo recorta-se sobre o fundo claro da paisagem tranqüila: visado diretamente pela mira de um mosquete paulista, ia o padre Mazetta pagar com a vida o descuido de uma palavra qualquer, quando, ninguém soube de onde, salta, rápido como um jaguar, um índio com os dentes cerrados, e interpõe-se decidido entre a arma ameaçadora e o corpo do jesuíta. Abraça-se ao padre, cobre-o com o escudo de seus músculos retezos, expõe ao inimigo o torso vigoroso e brônzeo... e tomba, exangue, com a carga toda do trabuco bandeirante...

- No inferno hás de pagar esses teus desvarios, invectiva num ritus de cólera e de horror o padre Mazetta, fixando com o olhar o matador insensível. Este o escuta, muito senhor de si, pronto a intervir com a costumada eficiência em outros setores da refrega, não sem lançar à face do ingênuo jesuíta, esta frase tremenda e incrível na boca de um cristão:

- Eu do inferno me livrarei quando quiser, até mesmo contra a vontade de Deus!

Frase sobremodo violenta e desvairada, na opinião de Mazetta, não fora a única, aliás, que as crônicas primevas nos transmitiram, capazes de definir, com rispidez e precisão feitiço rude dos homens da vila de São Paulo. Em outra oportunidade e em resposta a uma ameaça semelhante, um outro paulista desabusado afirmara que, se a Inquisição o perseguisse, ele acabaria com a Inquisição a frechadas...

Sem temor da Inquisição troçando com o inferno e desafiando o próprio Deus, naturalíssimo que os paulistas dessa têmpera enfrentassem todos os perigos e que merecessem de Montoya, neste passo de sua obra, os qualificativos que, como centelhas terríveis, pontilham todos os velhos documentos atestadores das suas grandes proezas legendárias. Jarque pôde dizer também, certa vez, que a gente de São Paulo era "gente la más desalmada que hay en el mundo".

As palavras de Montoya, lidas em tupi-guarani, na própria língua falada pelos protagonistas das cenas comovedoras desenroladas em começos de 1629, adquirem uma força nova e evocam de maneira toda especial os instantes inenarráveis em que os paulistas, para desempenho cabal de sua grande missão histórica viram-se cobertos de

sangue e atingidos pelas admoestações mais ásperas e pelos pejorativos mais infamantes.

Simão Álvares, entretanto, cumpriu o seu dever destruindo a aldeia de Santo Antônio; Montoya e seus companheiros de infortúnio, por entre o surdo rumor de suas queixas justas cumpriram o seu dever, também, colocando, imorredouramente, o nome dos paulistas na ponta aguda das suas invectivas insopitáveis...

MEMÓRIA CAMPINEIRA (54)

PEDRA BRANCA

Célia Siqueira FARJALLAT

As jovens gerações desconhecem o cenário grandioso e calmo das velhas fazendas de café, que existiam ao redor de Campinas, e que fizeram o alicerce do poderio econômico da região. Eram propriedades enormes, produziam de tudo, possuindo ainda os artífices indispensáveis para toda a sorte de trabalhos: ferreiros, sapateiros, soldadores, marceneiros, sem contar é evidente com os trabalhadores do campo e ainda carroceiros, carreteiros e cocheiros.

As sedes eram casarões imensos de arquitetura colonial, grossas taipas caiadas de branco, telhados vermelhos, grades de ferro e por toda parte a exuberância da verdura: jardins cheios de sombras e de árvores, canteiros com jasmims, camélias, bocas-de-leão, brincos-de-princesa, begônias, flores que caíram da moda. Atrás ficava o pomar, repleto de goiabeiras, laranjeiras, marmeleiros, araçazeiros cujos frutos as donas de casa aproveitavam para monumentais tachadas de doces e compotas. O terreiro de café era bem cuidado; e as benfeitorias davam gosto: tulhas, moinhos d'água, casa de máquinas. Em torno, os cafezais a se perderem no horizonte.

Matas densas, fontes, riachos morros e campos completavam a paisagem bucólica a qual a casa grande emprestava a presença nobre de suas linhas patriarcais. Ali residia o proprietário com sua família sempre numerosa. Das amplas varandas, sombreadas de trepadeiras com muitas redes para as sestas sossegadas, o fazendeiro podia acompanhar a vida de seu pequeno mundo. Perto ficava a capela, sempre sob a invocação de um santo milagreiro.

Esse mundo aparentemente sólido, desapareceu. As grandes fazendas fragmentaram-se em sítios pequenos. Os donos mudaram-se para

a cidade. As meninas educadas, em colégios internos, quase sempre de formação francesa, criaram horror à vida sadia e laboriosa de fazendeiras. Os rapazes enveredaram para a política ou para as profissões liberais. E as fazendas foram morrendo. Algumas transformaram-se em taperas mal-assombradas. Poucas guardaram a antiga grandeza.

Mas a Fazenda Pedra Branca, pertinho de Viracopos, conservou a antiga nobreza e linhas coloniais, a sobriedade dos adornos, a autenticidade e o encantamento de outrora. Chão de tábuas largas, escadarias, salões, a grande sala de jantar, terraços, corredores longos, e até a legenda de gemidos e ferros arrastados pelas almas penadas de escravos, sem sossego nem no outro mundo.

Mais ainda: a Pedra Branca pertenceu, durante décadas, ao engenheiro Carlos Alberto Barros Coelho, que foi provedor da Irmandade do SS. Sacramento, e que faleceu há alguns anos. Barros Coelho teve o bom gosto de respeitar o estilo do prédio, e ainda de restaurar aspectos que o tempo destruíra. Levou para lá velhas louças, bronzes, objetos de ferros, quadros, e não querendo quebrar o esboço tradicional chegou a disfarçar um aparelho de tevê colocando-o dentro de um confessionário. Tinha planos para transformar a tulha em uma oficina artística. Morreu antes de concretizar esse e outros planos...

Tenho visitado outras sedes de fazendas da região, e algumas estão irreconhecíveis. Perderam a atmosfera, o estilo. E essa perda é irreparável. Vai ser mais difícil reconstituir aqueles tempos. Mas vale tentar.

("Correio Popular", Campinas, 12-10-1994)

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

OS JOGOS ENTRE OS LÍDIOS (Heródoto)

De todos os povos dos quais temos conhecimento, foram os lídios os primeiros a cunhar moedas de ouro e de prata, e também dos primeiros a se dedicarem à profissão de revendedor. Atribuem-se-lhes a invenção de diversos jogos atualmente em uso, tanto entre os naturais do país como entre os gregos, afirmando-se que, na ocasião em que tais jogos foram inventados, enviou-se uma expedição à região hoje ocupada pela Tirrênia, para a formação, ali, de uma colônia. Eis como se narra o fato:

No reinado de Atis, filho de Manés, toda a Lídia se viu flagelada pela fome, suportada com paciência durante algum tempo. Vendo, porém, que a situação não melhorava o povo começou a procurar um remédio para minorá-la cada um imaginando-o à sua maneira. Nessa ocasião foram inventados os dados, o jogo da péla e todas as outras espécies de jogos, exceto o das damas, do qual os lídios não se consideram os autores.

Vejamos o uso que os habitantes fizeram de tais invenções para enganar a fome cada vez mais premente. Jogavam alternadamente durante um dia inteiro, a fim de distrair a vontade de comer, e no da seguinte comiam e não jogavam. Assim continuaram pelo espaço de oito anos; mas o mal, em vez de atenuar-se mais se agravava. O rei, então, dividiu os lídios em dois grupos e mandou-os tirar a sorte; um deveria permanecer, e o outro retirar-se do país. Aquele a quem coube a sorte de ficar tinha por chefe o próprio rei enquanto que seu filho Tirrênio se pôs à frente dos emigrantes.

Banidos da pátria, os lídios dirigiram-se primeiramente para Esmirna onde construíram navios, dotando-os de todo o necessário, e neles embarcaram para procurar viveres em outras terras. Depois de haverem

costeado diversos países aportaram à Úmbria, onde ergueram cidades, habitadas por esse povo até hoje. Trocaram, porém, o nome de lídios pelo de tirrênios, em homenagem a Tirrênio, filho do rei e que viera como chefe da colônia.

(História, livro I, tópico 94. pp. 50-51.
Trad. de J. Brito Broca. Rio de Janeiro,
Jackson, 1965. (Col. "Clássicos Jackson",
v. 23).

*

TRATADO DE MADRID (13 de janeiro de 1750)

(...)

Vistas e examinadas estas razões pelos dois Sereníssimos Monarcas, com as réplicas que se fizeram de uma e outra parte, procedendo com aquela boa fé e sinceridade, que é própria de Príncipes tão justos, tão amigos e parentes, desejando manter os seus vassallos em paz e sossego e reconhecendo as dificuldades e dúvidas que em todo o tempo fariam embaraçada esta contenda, se se houvesse de julgar pelo meio da demarcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas de Cabo Verde se havia de começar a contar as trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao Sul e ao Norte, donde havia de principiar a linha; como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana; e finalmente por outros muitos embaraços quase invencíveis que se ofereceriam para conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridianas; e considerando ao mesmo tempo que os referidos embaraços talvez foram pelo passado a ocasião principal dos excessos, que de uma e outra parte se alegam e das muitas desordens que perturbaram a quietação dos seus domínios;

resolveram pôr termo às disputas passadas e futuras e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e da escritura

de Saragoça, ou de outros quaisquer fundamentos, que possam influir na divisão dos seus domínios por linha meridiana; e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzido os limites das duas monarquias ao que se assinalaram no presente tratado; sendo o que ânimo que nele se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro, e mais principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecida para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo, que cada qual há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os fins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.

(Guedes, João Alfredo Libânio - **História administrativa do Brasil**. Vol. 4: **Da Restauração a D. João V**. 2ª ed., pp. 163-164, Brasília, Funcep, 1984).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

TOBIAS MONTEIRO (1876-1952)

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, a 29 de julho de 1876 (algumas fontes dão 1866), Tobias do Rego Monteiro viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, para onde veio a fim de cursar a Faculdade de Medicina. Não chegou, entretanto, a concluir os estudos, preferindo dedicar-se ao jornalismo, e jornalismo político por excelência. Esteve exilado em Buenos Aires durante o governo de Floriano Peixoto. Acompanhou Campos Sales em sua viagem à Europa quando eleito presidente da República e tornou-se, depois, seu secretário particular. Em carreira política breve, representou seu Estado no Senado Federal.

Aviagem a Europa propiciou-lhe escrever **O Presidente Campos Sales na Europa** e abriu-lhe amplas perspectivas para um estudo mais pormenorizado sobre o início da República, que complementou com **Pesquisas e depoimentos para a História**, volume organizado com base e artigos publicados originalmente no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, referentes aos eventos relacionados com o fim da Monarquia e início da República. Para tanto, o autor não só realizou pesquisas em busca de documentos relativos à época a que se propunha estudar, como também teve oportunidade de entrevistar personalidades centrais dos acontecimentos, no caso, entre outros, Ouro Preto, Lucena e Francisco Glicério. Isto constitui realmente um dos pontos altos do livro, segundo sua própria confissão: "Alguns desses homens viriam a morrer sem deixar nada escrito; os documentos que possuísem poderiam perder-se em mãos de parentes ou de estranhos; seria, pois, de utilidade fazê-los contar o que houvessem feito, deixando a outros a tarefa de emprestar-lhes papel diverso do que tivessem desempenhado".

Na década de '20 dispôs-se a realizar sua obra mais importante: uma **História do Império**, que infelizmente não concluiu, uma vez que não

ultrapassou os limites cronológicos do Primeiro Reinado. Mas, os quatro volumes que foram publicados - **A elaboração da Independência** (1927) e **O Primeiro Reinado** (1939/1946), com dois tomos cada - dão-nos a mostra do que foi capaz e do que teria sido capaz, se prosseguisse em sua obra.

Tobias Monteiro é patrono da cadeira nº 17, da Academia Paulista de História, cujo titular é o Professor Emanuel Soares da Veiga Garcia.

Quase toda a obra do historiador norte-riograndense encontra-se reeditada pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil". Da "orelha" da capa de um dessas reedições, consta expressivo comentário assinado por Neide Magalhães Fonseca, que nos permitimos transcrever em sua maior parte:

"A obra de Tobias Monteiro é um importante documento político para a nossa História. Ela exprime pontos básicos da evolução de nossos passos como país em busca de suas próprias raízes, apesar dos tropeços que sempre o fizeram perder de vista tal propósito.

Este ilustre pesquisador, jornalista, historiador e político com uma visão clarividente dos acontecimentos que presenciava, tinha uma participação social que nos dias de hoje não teria muitas correspondências. Isto porque o historiador na pessoa de Tobias Monteiro não se encarregava somente da observância e da distinção dos fatos históricos, mas de sua intensa vivência e de sua ligação patriótica com as metas a serem atingidas pelos transformadores da História.

Como historiador, Tobias Monteiro desempenhou um papel inestimável, pois trouxe à voga personagens imprescindíveis para as reformas que se sucederam na política brasileira tanto interna como externa no início da República e que ficaram esquecidos em tantos livros, mas que devido à inteira participação deste pesquisador vieram a ter sua distinção e seu mérito dentro do reduto histórico.

(...) Deu-nos este autor uma contribuição condizente com nossa necessidade de nos esclarecermos a respeito de nosso passado político para termos uma visão mais consciente de nosso presente."

Tobias Barreto faleceu em Petrópolis, a 2 de agosto de 1952.

Bibliografia de Tobias Monteiro

O Presidente Campos Sales na Europa. Rio de Janeiro, 1900. Reed. pela Itatiaia/Edusp, 1983, col. "Reconquista do Brasil", v. 76

Pesquisas e depoimentos para a História. Rio, Francisco Alves, 1913. Reed. pela Itatiaia/Edusp, 1982, col. "Reconquista do Brasil", v. 60.

História do Império. I. A elaboração da Independência. Rio, Briguiet, 1927. Reed. pela Itatiaia/Edusp, 1981, na col. "Reconquista do Brasil" v. 39-40.

História do Império. II. O Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, Briguiet, 1939/1946. 2 vs. Reed. pela Itatiaia/Edusp, 1981, na col. "Reconquista do Brasil", vs. 41-42.

SELETA

EPÍLOGO MELANCÓLICO

Tobias MONTEIRO

(Com este título, transcrevemos a parte final do capítulo com que o historiador focalizado neste número concluiu sua obra sobre o **Primeiro Reinado**).

Nem sempre o braço que conduz as revoluções é capaz de organizar e construir. Sobre o chão, onde se amontoam as ruínas da ordem destruída, continua sem cessar a luta pela realização das aspirações e dos princípios novos. Aquelas e estes eram aqui a Independência, a ruptura definitiva e irreparável com a antiga metrópole, e ainda o funcionamento regular do regime representativo pela harmonia entre os poderes do Estado.

Durante todo o reinado, a questão capital era a Independência; todas as demais que foram surgindo lhe ficaram presas: a natureza da Constituição, a sucessão da coroa portuguesa, o funcionamento do governo representativo. A união do povo com o soberano repousava sobre esta base, que não podia oscilar, de cuja firmeza não era lícito duvidar. Da mesma espécie fora a sua união com Vergueiro, constante até à última hora, a hora das desconfianças mais acerbas, e com José Clemente, até ser envolvido nas mesmas suspeitas que envolveram o Imperador. Não era propriamente o espírito monárquico que ligava o povo ao príncipe; era a sua adesão à causa brasileira, o seu rompimento com Portugal. O espírito monárquico das nações supre aos reis escolhidos a condição de nascimento; eles podem provir de qualquer parte, porque procedem de Deus e, portanto, não podem trair os povos a quem ele os destina. No Brasil, porém, só havia espírito nacional.

Todos os perigos, agravados pela imaginação pública, desapareceram apenas foi posto no trono um imperador brasileiro. Pouco importava que tivesse cinco anos; era a sua ligação à terra que salvava a Coroa e prolongava a Monarquia.

Não conseguindo desprender-se de Portugal e intervindo a fundo nos seus negócios, D. Pedro perturbou a tranquilidade brasileira em relação à Independência; dissolvendo a Assembléia constituinte e resistindo às pretensões da Câmara, o Imperador deixou suspeitar-lhe da sinceridade constitucional. Uma e outra das suas faltas eram devidas à fatalidade do nascimento, aos deveres do dinasta e às deficiências da educação do príncipe.

A “loucura”, entrevista pelo Dr. Casanova, veio a tornar-se elemento preciosíssimo para alcançar-se a independência do Brasil. Sem ela o destino do país teria sido muito incerto, a luta por travar longa e sanguinolenta, a unidade nacional duvidosa. Nem sempre os lances de tal “loucura” presidiram à obra, a que se opunham elementos poderosíssimos. Quando foi preciso transigir e esperar, D. Pedro antes procedeu com o temor e a astúcia de D. João VI do que com o histerismo de Carlota Joaquina. Sujeitando-se a princípio aos pronunciamentos militares, esperou a oportunidade de sufocá-los e fazer-se senhor da disciplina. De então em diante a tropa foi-lhe ficando nas mãos e a autoridade da Regência revigorando-se por toda parte onde a ação de sua presença pôde chegar, em São Paulo e Minas. Mas as províncias importantes do norte eram elementos dispersivos ou hostis: Pernambuco agitado e vacilante, quando Gervásio Pires Ferreira jogava com o pau de dois bicos, conforme José Bonifácio dizia; Bahia, Maranhão e Pará, voltados para Lisboa, dominados pelas guarnições portuguesas, fiéis às ordens das Cortes. Depois a primeira delas conservou-se fria quando a sua vizinha revolucionava-se.

O regime das capitanias não fora propício a formar um núcleo de atração política, para o qual todo o país se sentisse atraído. O centro de atração era antes Lisboa. A experiência do governador geral Tomé de Souza na Bahia sem demora converteu-se em malogro. O sentimento nacional estava criado; mas era constituído pelos instintos da sub-raça em formação, pelos próprios habitantes de procedência europeia, desiludidos da volta ao velho mundo e profundamente radicados ao novo solo. Foram esses elementos que, sem auxílio de Portugal, repeliram todos os invasores, libertaram o norte da dominação holandesa e evitaram a quebra da unidade nacional tentada pela “república do Equador”. Havia homogeneidade dessa natureza, mas não havia identidade de aspiração política. As províncias ignoravam-se e dir-se-iam ainda as velhas capitanias, dominadas pelos sucessores dos

donatários. As distâncias isolavam-nas e deixavam-nas entregues à sua vida própria, minada pela violência das facções. Esse espírito provincial tão vivaz tendia antes a separá-las que a uní-las. Daí, às vésperas da abdicação, a palavras federal e federalismo serem sinônimos de liberdade.

A fortuita e inesperada mudança da Corte para o Brasil foi o maior passo dado em favor da concentração política. A Coroa vinha completar a obra da conquista, revelar à nação, já formada, a consciência dos seus destinos comuns, estimular-lhe as energias, que haveriam de solidificar os elementos diluídos no meio dispersivo, onde as províncias vagavam. A reação das Cortes deixou entrever quanto era frouxo o laço que parecia prendê-las. A Independência poderia ser tentada com a federação contra a Coroa, mas justamente ainda faltava, como faltava ao Prata, o nexo político só mais tarde logrado por obra da concentração monárquica; de sorte que a tentativa tenderia a acarretar o desmembramento das províncias algumas das quais inclinadas a Lisboa e fiéis ao Soberano.

Ainda que o Príncipe tivesse partido para Portugal, quaisquer tentativas de Independência encontrariam em todos esses elementos formidável oposição para vencer. A revolução estava feita nos espíritos, mas as revoluções só se realizam com o concurso de um braço executor. Os homens de pensamento desencadeiam na esfera das consciências as idéias novas de reivindicações, agitam sentimentos, desenvolvem paixões; mas não se empreende a ação violenta, para destruir a ordem estabelecida, sem surgir o chefe capaz de agremiar e conduzir as forças dispersas, irmanadas pela identidade moral de aspirações e intuítos, porém separadas por falta de um laço de união física, de ação pessoal, coordenadora e motora. D. Pedro era o braço mais próximo e eficaz.

Havia mais de dez anos a lição do Continente estava mostrando aos corifeus da Independência quão rude seria a tarefa por empreender, sem o concurso do próprio Regente. Ele era o poder permanente e estável, que se tornaria, ao mesmo tempo, o centro de organização das forças brasileiras e o centro de atração dos elementos portugueses, inclinados a preferir a parte da nação a destacar-se do Reino-Unido. As dissensões existentes e irreconciliáveis que se desenvolviam entre o grupo de José Clemente e de Ledo e o grupo dos Andradas, bem como a desagregação de províncias poderosas, dominadas por facções locais, teriam espalhado a praga da caudilhagem, já trazendo a organização política das regiões do país, que proclamassem a Independência, já aumentando o desvio das que optavam pela união com Portugal, desde a revolução promovida pelas Cortes. Ter-se-ia reproduzido no Brasil o problema das províncias argentinas,

consumindo cerca de meio século num combate desesperado para conseguirem a unidade nacional, que a ambição dos caudilhos e o espírito separatista não deixavam atingir.

No Prata essa unidade tinha a seu favor a geografia do país, dominado pelo estuário do grande rio, em cuja boca, disputando a chave da confederação por formar, Buenos Aires era o centro natural e propício a um governo central. O Brasil, ao contrário, era uma enorme fachada, voltada para o mar, sobre o qual se abriam todas as suas portas de entrada, acessíveis à reação portuguesa e às revoluções que a separação promovesse.

(História do Império. O Primeiro Reinado, tomo II: 361-364. Rio de Janeiro, Brigueit, 1946).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

291. DEPOIMENTO CURIOSO SOBRE A BAHIA

Em pesquisa que venho realizando na literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, tive oportunidade de deparar com um curioso depoimento sobre a Bahia, mais particularmente sobre a cidade do Salvador, constante de duas cartas escritas em 1847 pelo diplomata francês Barão de Forth-Rouen (1809-1886), que naquele ano empreendeu viagem à China, em missão diplomática.

Recorde-se que, na época constituía a capital baiana parada obrigatória para todas as embarcações que seguiam para o Oriente. No caso de Forth-Rouen ocorreu, entretanto, algo mais sério: uma avaria em seu navio, obrigou-o a permanecer na cidade por duas semanas. Dali, julgou-se no dever de dirigir duas cartas ao seu superior, o Ministro das Relações exteriores da França, não só dando conta do ocorrido, como transmitindo suas impressões sobre a cidade do Salvador.

Suas cartas foram divulgadas duas vezes na Europa (1907 e 1913) e só em 1931 foram traduzidas e publicadas na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Trata-se de depoimento não muito conhecido, não citado nos catálogos bibliográficos. Encontra-se, entretanto, citado e comentado pela professora Moema Parente Augel, em seu livro **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**: 84-86. (São Paulo, Cultrix, 1980).

As impressões da cidade não destoam do que se encontra em diversos outros viajantes estrangeiros da época especialmente quando se refere ao contraste entre a maravilha da natureza e a decepção causada pela cidade em seus aspectos de sujeira e miséria. Numa das cartas cuida, com propriedade, dos aspectos econômicos locais: comércio do açúcar, engenhos, estradas, etc.

Mas, o “depoimento curioso”, que tomo para título desta nota, é o que ocorre na primeira das cartas, ao notar o papel político que a Bahia vinha desempenhando na vida brasileira, numa época em que, dos seis ministros do governo imperial, quatro eram baianos. O que não impedia, a seu ver, que a província da Bahia se considerasse (frase sua) “como completamente independente do governo do Império, e pode-se prever que um dia ela sacudirá o jugo e se separará dele”. Não tenho conhecimento de nenhum outro viajante ou mesmo cronista que tenha tido da Bahia semelhante impressão.

Outra circunstância curiosa: sua estada na Bahia coincidiu com o recebimento de duas notícias contrastantes: o falecimento do filho único de D. Pedro II e, dias depois, o nascimento de uma filha do imperial casal. Naturalmente, como era natural, o governo providenciou homenagens adequadas à natureza de cada um desses acontecimentos. No entanto, o único comentário do ministro francês resume-se nestas palavras: “Estes dois acontecimentos deixaram os habitantes da Bahia completamente indiferentes: tão grande é a despreocupação desta província pelos interesses da monarquia brasileira”.

Como disse, nada até agora encontrei que confirmasse esse sentimento separatista na Bahia daquela época. Não me resta senão apelar aos bons amigos baianos, conhecedores da história local, para que me esclareçam se ele teria efetivamente havido ou se teria sido mera imaginação do barão francês... (29-4-1995).

*

292. RONDON-ROOSEVELT

Não é sem propósito a associação desses dois grandes nomes no título desta nota. Ao deixar a presidência dos Estados Unidos, que exerceu

de 1901 a 1909, Theodore Roosevelt (1858-1919), que costuma ser chamado de “Velho Roosevelt” para distinguir de seu sobrinho Franklin Roosevelt, que por muitos anos também presidiu a nação norte-americana, entendeu de empreender uma jornada aos sertões do Brasil. O governo federal deu todo apoio ao empreendimento do antigo presidente e designou para acompanhá-lo nessa viagem ninguém menos que o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Os dois sertanistas entenderam-se muito bem e a própria expedição teve o nome oficial de “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”.

Dessa jornada resultou o livro **Through the Brazilian Wilderness**, publicado em Nova York em 1914. Mais de trinta anos ficou o livro de Roosevelt sem divulgação no Brasil. E de repente publicaram-se quase simultaneamente duas edições: uma, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura em tradução de Luís Guimarães Júnior; e outra pela Companhia Editora Nacional, na coleção “Brasiliana” (vol. 232, de 1944), em tradução de Conrado Erichsen. Tanto uma como a outra vieram ilustradas e com fotografias de Kermit Roosevelt (filho do ex-presidente) e de outros membros da expedição.

Os títulos diferem ligeiramente. Enquanto a da “Brasiliana” adotou um título mais fiel ao original (**Através dos sertões do Brasil**), a do Ministério da Agricultura simplificou-o para **Nas selvas do Brasil**. Esta, aliás, chegou a ser reeditada em 1948, também pelo Ministério da Agricultura, e, bem mais tarde (1976) pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a coleção “Reconquista do Brasil” (vol. 35). Esta última edição apareceu quase trinta anos depois da anterior, tempo mais que suficiente para que a obra entrasse para o rol dos livros raros. Quanto ao volume da “Brasiliana”, ficou na primeira edição.

Como foi mencionado, Lauro Müller, então Ministro das Relações Exteriores, designou Rondon para assessorar o “velho Roosevelt” na sua jornada “através dos sertões do Brasil”, e para ela convidou Rondon diversos cientistas que integraram suas expedições anteriores. O mapa de Mato Grosso apresenta atualmente com o nome de “Roosevelt” o antigo rio “da Dúvida”, cujo curso foi novamente reconhecido e corrigido com a expedição Roosevelt-Rondon. Dessa maneira, o nome do antigo presidente norte-americano acabou vinculando-se geograficamente ao Brasil, aliás, numa “nímia gentileza de Rondon”, no dizer de Cândido de Mello Leitão.

Sobre Rondon, é significativo o testemunho de Roosevelt: “A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte, o Canal do Panamá; ao Sul, as conquistas geográficas de Rondon”.

E comentando o livro de Roosevelt, escreveu Vivaldi Moreira, no prefácio à edição de Belo Horizonte: “Estas páginas, escritas com entusiasmo por um homem traquejado no conhecimento de outros homens, estão repletas do nome de Rondon, companheiro e auxiliar incomparável. É visível a admiração que lhe votava Roosevelt, o apreço pela figura do eminente brasileiro, braço direito na expedição. As observações curiosas, registro minucioso e sistemático dos fatos ocorridos na excursão, trabalhos, canseiras e alegrias são registados num estilo direto, sóbrio e agradável de ler, exemplo de comunicação”. (20-5-1995)

*

293. IHGPEL

Numa época de siglas, permito-me usar mais uma, provavelmente desconhecida dos leitores. As iniciais que tomo para título deste “rabisco” referem-se ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e é de uma recente publicação dessa entidade que pretendo cuidar.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na época da Regência (1838) estimulou a criação de institutos similares por quase todo o país, muitos deles ainda no século passado. De fato, não há no Brasil cidade de certa importância que não tenha seu Instituto Histórico e Geográfico. No mais das vezes, mas “histórico” que “geográfico”, e às vezes simplesmente “histórico”, mas conservando o nome que em sua origem lhes foi dado. E o mais importante é que quase todos eles mantêm publicações destinadas à divulgação dos trabalhos neles apresentados, ou mesmo colaborações de outra natureza.

Não há, dentre os que têm alguma familiaridade com a pesquisa histórica, quem ignore a importância dessas publicações, especialmente para a história regional, uma vez que, na maior parte, cuidam essas entidades de estudos relativos aos respectivos Estados. Algumas dessas revistas, dada a antiguidade dos Institutos, alcançam já numeração bem alta, mais de 300 no caso do Instituto Brasileiro ou já se aproximando desse número, como o de Pernambuco, o segundo em antiguidade no país. Quase todos lutam com esforços inauditos, dado o alto preço dessas publicações, o que explica a

grande quantidade de convênios ou apoio de qualquer outra natureza por parte do poder público.

Tive oportunidade há pouco de receber certamente a mais recente das publicações dessa natureza - a do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. Talvez seja mesmo o mais novo Instituto Histórico do país, pois data de 1982, tanto que só agora teve oportunidade de inaugurar suas publicações. Volume pequeno, que não chega oitenta páginas, contrariando a norma vigente em publicações similares, quase todas volumosas.

Todavia, apresenta a publicação pelotense uma particularidade que me comprazo em registrar: praticamente todo o seu conteúdo refere-se à cidade de Pelotas, o que constitui não só particularidade mas também originalidade. Não sei de nenhuma outra publicação do gênero (a não ser, em parte, a do Instituto de Juiz de Fora) que tenha tido essa preocupação, aliás muito significativa e freqüente entre os preclaros confrades e colegas do Rio Grande do Sul. É a terra gaúcha a única unidade da Federação que se preocupa realmente com a história local. Meu preclaro amigo e colega Professor Astrogildo Fernandes, de Porto Alegre, quase todo mês me envia um boletim, por ele preparado e distribuído, noticiando as publicações recentes sobre a história de cidades do Rio Grande do Sul. E chegam quase sempre a mais dez de um mês para outro. Não conheço exemplo similar no Brasil e não faz muito escrevi sobre isso neste mesmo local, lembrando o contraste entre o que ocorre no Rio Grande do Sul e em outros Estados, a começar por São Paulo. E a cobertura que se faz no Rio Grande, nesse levantamento histórico abrange todo o Estado e não apenas as áreas de colonização, como de início se fazia, mas também a Campanha, as Missões, o Litoral.

Tenho uma razoável vivência com o Rio Grande do Sul, pois aí vivi algum tempo no início de minha carreira. Sei, pois, o quanto a história marca profundamente o espírito e o caráter da terra gaúcha. Muito e muito conversei sobre isso com o caríssimo Barbosa Lessa e com o saudoso Taborda, de Bagé. Não sei, como disse, de nenhum outro Estado onde isso ocorra com a freqüência que se vê no Rio Grande. A simples existência de editoras que só publicam livros sobre o Estado, com os prezados amigos Rovilio e Martins à frente, diz melhor que qualquer outra coisa. Significativo o “slogan” de uma delas: “Abra um espaço para o Rio Grande em sua biblioteca”. Nos outros Estados, a começar por São Paulo, poderemos abrir o espaço que for possível, mas não teremos nada para preenchê-lo...

Cumprimentos ao IHGPEL e longa vida à sua publicação.
(26-8-1995)

*

294. HISTORIADOR PAULISTANO

Se lhe atribuo tal epíteto, não é simplesmente por ter ele nascido na capital paulista, mas pelo **paulistanismo** que marcou toda a sua vida e obra. Vida longa, de quase um século, sempre em São Paulo e para São Paulo, eis o que assinalou a existência de Antônio Barreto do Amaral, há pouco falecido, deixando uma valiosa produção de interesse especial para história da cidade de São Paulo. Foi com muita tristeza que, numa das últimas sessões do Instituto Histórico e Geográfico, ouvimos o confrade Célio Debes, seu leal amigo e companheiro, comunicar-nos a triste notícia. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de História e membro efetivo do Instituto Histórico frequentando as duas entidades com a maior assuidade enquanto suas condições de saúde permitiram.

A história paulistana foi seu grande objetivo: biografando figuras expressivas de São Paulo, historiando os velhos teatros da cidade, arrolando e comentando suas publicações culturais, estudando um dos mais importantes bairros da cidade, elaborando valioso (e único) dicionário histórico paulista... Tudo, resultado de exaustivo e honesto trabalho de pesquisa. Nunca teve pressa em publicar o que escrevia. Tratava, antes, de revê-lo cuidadosamente, com receio que lhe escapasse, por descuido, alguma falha de que pudesse ser arguido. Pode-se, portanto, confiar no que escreveu.

Os vultos que biografou são expressivos: Pedro de Toledo, o governador paulista da revolução de 1932; Prudente de Moraes, o itauano que, juntamente com o campineiro Campos Sales e o mineiro Álvaro Botelho, constituiu o primeiro "trio" republicano eleito para a Câmara Imperial e que veio a ser, depois, o primeiro presidente civil da República; e José Carlos de Macedo Soares, um dos homens de mais intensa participação na vida pública de São Paulo e do Brasil, pois sua atuação transcendeu os limites do país, em sua função diplomática. Três biografias modelares, das melhores no gênero. Esperava-se que também escrevesse sobre Washington Luís, seu patrono na Academia Paulista de História, mas deixou essa atribuição ao seu querido

amigo Célio Debes, que já havia biografado a Campos Sales e que já se desincumbiu, parcialmente, do compromisso com o último presidente da Primeira República.

Ilustrou a preciosa coleção "Paulística" com duas obras valiosas: **História dos velhos teatros de São Paulo**, o mais completo levantamento da vida teatral paulistana até a inauguração do Teatro Municipal, em 1911, importante contribuição para o conhecimento da vida cultural, sobretudo artística da cidade; e uma obra de referência, única no gênero, conforme foi lembrado, que é o **Dicionário da História de São Paulo**: Prefaciando este Dicionário, lembrou o saudoso Brasil Bandecchi o atributo principal de Barreto do Amaral: "historiador de mérito, pela seriedade de seu trabalho e segurança de suas afirmações".

Trabalhos numerosos, de proporções menores, mas não de menor interesse, deixou o historiador paulistano esparsos por credenciadas publicações periódicas, abordando variada gama de temas: a representação paulista na Assembléia Constituinte de 1823, a Revolução Constitucionalista no romance histórico, o arquivo do Marquês de Valença e a Independência, a Força Pública Paulista (de saudosa memória), o romance histórico de Paulo Setúbal, as revistas de cultura editadas em São Paulo, desde a da Sociedade Philomatica (1833) até "Anhembi" (1950). E outras, ainda, a testemunharem não só a vocação para a pesquisa como a incrível disposição para o trabalho desse historiador, no seus 92 anos de paulistanismo (1903-1995) (16-9-1995).

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

